



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

EDITAL N.º 54/2022

JOSÉ MANUEL MONTEIRO DE CARVALHO E SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, torna público, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o teor da ata n.º 7, da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Coimbra realizada em 17 de janeiro de 2022 e aprovada em 31 de janeiro de 2022.

Este documento, dada a sua extensão, encontra-se disponível para consulta no Atendimento ao Público desta Câmara Municipal, sito na Praça 8 de Maio, durante o horário de expediente, e na página eletrónica da Câmara Municipal, em www.cm-coimbra.pt

Para os devidos e legais efeitos emite-se e publica-se o presente Edital que vai assinado e devidamente autenticado com selo branco e outros de igual teor que serão afixados no Átrio dos Paços do Concelho e demais lugares do uso e costume.

Registe-se e publique-se.

Paços do Município, 31 de janeiro de 2022.

O Presidente da Câmara Municipal

Assinado por: **JOSÉ MANUEL MONTEIRO DE
CARVALHO E SILVA**
Num. de Identificação: 04234244
Data: 2022.01.31 17:33:51+00'00'

(José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva)

Min: PC
Dact: PC
Conf: MGML
Serviço Emissor: DAG



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

ATA N.º 7 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Salão Nobre dos Paços do Município

Data: 17/01/2022

Iniciada às 16H00 e encerrada às 18H40

Aprovada em 31/01/2022 e publicitada através do Edital n.º 54/2022

ORDEM DO DIA

- I. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2022
 1. CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA
 - a) Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022:
 - Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniãoes e Juntas de Freguesia;
 - Regulamento Interno de Fundos de Maneio;
 - Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA);
 - Mapa de Pessoal para 2022 (já apreciado na reunião de 20/12/2021);
 2. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA
 - a) Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMTUC para 2022;
 - b) Mapa de Pessoal para 2022.

A reunião contou com a presença de:

Presidente: José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva

Vice-Presidente: Francisco José de Baptista Veiga

Vereadores: Ana Maria César Bastos Silva

Carlos Miguel Mantas Matias Lopes

Ana Maria Cortez Vaz dos Santos Oliveira

Miguel José Ferros Pimentel Reis da Fonseca

Carlos Manuel Dias Cidade

Carina Gisela Sousa Gomes



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

José Ricardo Miranda Dias
Hernâni Pombas Caniço
Francisco José Pina Queirós



A reunião foi presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva, Secretariado pelo Diretor do Departamento de Administração Geral, Manuel Gilberto Mendes Lopes, coadjuvado pela Técnica Superior, Carla Patrícia de Oliveira Silveira.

O Senhor **Presidente** disse que esta era uma reunião extraordinária em todos os sentidos da palavra, sendo extraordinária porque era extraordinária em termos formais e extraordinária porque iriam debater na Câmara Municipal o primeiro Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP) deste novo mandato. Explicou que como a reunião era extraordinária não tinha Período de Antes da Ordem do Dia, salientando, também, o facto de a mesma ser aberta ao público e aos jornalistas. Acrescentou que esta era a reunião mais importante de cada ano civil, reunião esta onde se discute o Orçamento e as GOP da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC), assim como os respetivos mapas de pessoal, lembrando que o Mapa de Pessoal para 2022 da Câmara Municipal já tinha sido aprovado na reunião de 20/12/2021. Explicou que devido às eleições e dentro da lei, iriam debater e aprovar, se fosse caso disso, estes importantíssimos documentos.

Verificou-se a ausência da Senhora Vereadora Regina Bento, por motivo de isolamento profilático, oportunamente substituída pelo Senhor Vereador Hernâni Caniço, tendo o Executivo deliberado por unanimidade justificar a respetiva falta.



ORDEM DO DIA

PONTO I. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2022

I.1. CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

a) Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022:

- **Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniões e Juntas de Freguesia;**
- **Regulamento Interno de Fundos de Maneio;**
- **Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA);**
- **Mapa de Pessoal para 2022 (já apreciado na reunião de 20/12/2021).**

Em conformidade com o Despacho n.º 186/PR/21, de 06 de agosto de 2021, do Senhor Presidente da Câmara Municipal e das posteriores propostas dos serviços municipais aprovadas pelos **Senhores** Vereadores, foram instruídos os documentos previsionais para 2022 – “Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022” da Câmara Municipal de Coimbra, em conformidade com o SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 3 de



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

setembro e a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que determina o regime jurídico das autarquias locais). Acresce, ainda, a legislação respeitante à Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e posteriores decretos-lei, que concretizam o quadro das respetivas transferências de competências).

O Senhor Vereador Miguel Fonseca fez uma apresentação do documento em apreciação, abaixo transcrita:

*“Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra
Senhoras e senhores vereadores
Caras funcionárias e caros funcionários municipais
Senhoras e senhores jornalistas
Caras e caros munícipes,*

Boa tarde a todas e a todos!

I.

Hoje apresentamos o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2022 que, como sabemos, é o instrumento de maior relevância na expressão das opções políticas de um Executivo.

Este é o primeiro Orçamento do Executivo Municipal liderado pelo Prof. Doutor José Manuel Silva. Um documento previsional e orientador que, apesar de estar, pelas limitações orçamentais, condicionado na introdução de mudanças substanciais relativamente ao anterior, já acomoda compromissos que assumimos com todos os conimbricenses no último ato eleitoral.

Aproveitamos para agradecer a confiança que depositaram em nós e reforçar que estamos totalmente comprometidos com as propostas do nosso programa eleitoral e que este é apenas um ponto de partida para a sua execução. Com toda a certeza, concretizaremos muitos outros compromissos no decorrer deste ano de 2022.

Contudo, pretendemos promover uma mudança tranquila e progressiva, sem ruturas penalizadoras para o funcionamento municipal e para os munícipes, em prol do crescimento e desenvolvimento da cidade de Coimbra e da melhoria da qualidade de vida dos conimbricenses.

A elaboração deste documento passou, naturalmente, pela realização de reuniões de trabalho com os Senhores Vereadores com pelouros atribuídos e com os dirigentes dos respetivos serviços, na segunda quinzena de novembro, de onde resultaram alterações que foram compiladas pelo Departamento Financeiro até à proposta final.

Realizámos, também, ao abrigo do Estatuto de Oposição, um inédito debate alargado sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano na Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2021, permitindo a todos os grupos políticos com assento na Assembleia Municipal e a todos os presidentes de Junta e União de Freguesia do concelho darem os seus contributos para este importante documento.

Importa também, por ser da mais elementar justiça, deixar aqui o nosso profundo agradecimento a todos os que estiveram envolvidos na elaboração deste Orçamento, nomeadamente às equipas e serviços municipais que, por vezes, tiveram que abdicar dos seus compromissos pessoais e familiares para dar resposta a esta necessidade.

Obrigado pelo vosso empenho e dedicação!

II.

Este é um Orçamento elaborado, ainda, tendo em conta a pandemia COVID-19. E este contexto implica, sempre, a existência de um grau de imprevisibilidade, que nos obriga a ser mais contidos de forma a assegurar o equilíbrio orçamental.

A COVID-19 chegou em março de 2020 e provocou enormes danos a todos os níveis, bem como diversos constrangimentos nas nossas vidas e no funcionamento de todas as instituições, entre elas a Câmara Municipal de Coimbra. É importante, por isso, que todos os munícipes conheçam o impacto que a pandemia teve nas contas municipais.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Estima-se que, entre março de 2020 e setembro de 2021 (portanto, durante ano e meio), o impacto da COVID-19 nas contas municipais tenha sido de 3,1M€, um valor que resulta de um acréscimo da despesa de 1,5M€ (sobretudo na saúde, na vertente de material e equipamentos de proteção, e educação, a nível de computadores e tablets ou criação e utilização de acessos à Internet) e de uma quebra de receita de 1,6M€ (onde se destacam cerca de 900 mil€ relativos a aluguer de salas e receitas de bilheteira do CSF, e 365 mil€ referentes a taxas de ocupação do espaço público e MMDPV).

Estes valores representam o custo das medidas que foram consideradas para fazer face à COVID-19, e aos seus danos diretos e indiretos neste espaço temporal.

Salientamos que, da nossa parte, sempre que se justifique, essas medidas vão ser mantidas ou reforçadas, e que é nossa intenção continuar a responder às necessidades impostas pelo tempo excepcional em que vivemos. É certo que a vacinação e a testagem em massa já contribuíram para a imunidade de grupo, que a variante Ómicron tem efeitos menos nocivos e que estamos a caminhar para um estado endémico, mas sabemos que ainda temos tempos difíceis pela frente e que é preciso dar resposta às necessidades sentidas pela população e pelas empresas e garantir a aplicação das medidas sanitárias que permitam continuarmos a fazer a nossa vida e a contribuir para a recuperação da nossa economia.

Esse é também o nosso compromisso.

III.

Assim sendo,

*A proposta de Orçamento que aqui hoje apresentamos totaliza **167,8M€**, prevendo-se uma poupança corrente de 16,3M€ que financia as Despesas de Capital, cumprindo a regra do equilíbrio orçamental global prevista no n.º 1 do artigo 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI).*

Deve, contudo, realçar-se que os valores mais significativos do Orçamento e a maior parte das medidas que concretizaremos em 2022 decorrem de compromissos assumidos e não cumpridos pelo anterior Executivo (25,3M€ relativos a 2021) e de compromissos já assumidos para 2022 no montante de 40,3M€ (totalizando assim 65,6M€, onde se incluem despesas certas e permanentes relativas a contratos plurianuais de recolha de RSU, eletricidade, combustíveis, alimentação escolar, etc.), os quais asseguraremos com competência e rigor, sempre com os olhos postos no futuro e nas alterações que pretendemos implementar.

O valor total do Orçamento representa um acréscimo de 5M€ relativamente ao Orçamento inicial aprovado para 2021, e é superior em 10,9 M€ (+ 6,97 %) ao orçamento final (após modificações orçamentais) de 2021. Nesta proposta, as receitas correntes são de 130,5M€ (78% da receita total), as receitas de capital são de 35,3M€ e receitas não efetivas de 1,9M€.

Como podemos ver em termos da desagregação das receitas correntes, a grande fatia do Orçamento Municipal é constituída por impostos diretos (47,6M€), nos quais tem uma maior expressividade o IMI (cerca de 26M€) e o IMT (14M€). Podemos, pois, afirmar que os impostos sobre o Património são aqueles que representam a maior parte da receita de financiamento da atividade municipal, e que se estima um acréscimo dos Impostos Municipais em 2,3 M€ (+ 5 %) relativamente a 2021.

Por sua vez, as transferências correntes constituem a segunda principal fatia do Orçamento da receita, representando 38,6M€, provenientes sobretudo de impostos do Estado (20,1 M€) e da transferência de competências na Educação e Saúde (12,4M€).

Nas receitas de capital, destaca-se o peso das participações por fundos estruturais europeus e outras participações do Orçamento do Estado, na ordem dos 22,6 M€, e os empréstimos contraídos juntos do BEI, no valor de 1,9 M€, de utilização prevista em 2022, associados à requalificação do Parque Manuel Braga, desassoreamento e estabilização das margens do Rio Mondego e à promoção da eficiência energética na frota dos SMTUC.

No que concerne à vertente da despesa, as despesas correntes estimam-se em 114,2 M€ (68% da despesa total, representando um aumento de 10,56% face ao orçamento final, após modificações orçamentais em 2021), as despesas de capital em 49,1 M€ e estão previstos 4,4 M€ para despesas não efetivas.

Nas despesas correntes, as componentes com maior relevância são as despesas com o pessoal (41,9M€) e a aquisição de bens e serviços (50M€), onde se destacam as despesas relativas a alimentação e transportes



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

escolares, energia elétrica, recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos urbanos, limpeza e higiene, e combustíveis.

As transferências correntes representam 14M€, onde se incluem essencialmente transferências de competências para as Juntas e Uniões de freguesia (4,3M€), para diversas instituições no âmbito da Cultura, Desporto e Ação Social (4,1M€) e apoios de compensação do PART (2,7M€), verificando-se também um reforço no subsídio de apoio à exploração dos SMTUC, que atinge o valor de 6,8M€, representando uma compensação no custo social dos transportes.

Desagregando as despesas de capital, pode constatar-se que a aquisição de bens de capital é a componente com maior expressividade, representando 40,4M€. Neste montante estão incluídos os elevados investimentos realizados com cofinanciamento de fundos estruturais no âmbito do acordo de parceria Portugal 2020 (em relação ao qual todos os projetos devem estar executados e os pagamentos efetuados até junho de 2023).

IV.

Como é consabido, as Grandes Opções do Plano (GOP) definem as linhas de desenvolvimento estratégico do Município e incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes, constituindo o elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia.

Neste contexto, as GOP para 2022, onde estão inscritas dotações orçamentais no valor de 108,1 M€ (dos quais 40,4M€ para o Plano Plurianual de Investimento e 67,7 M€ para as Atividades Mais Relevantes), estruturam-se em torno de 7 pilares fundamentais:

1. Planeamento, Reabilitação e Qualificação Urbana | (33,98%)
2. Coesão Territorial e Desenvolvimento Socioeconómico | (16,29%)
3. Solidariedade, Inclusão e Humanismo | (21,12%)
4. Cultura, Artes e Conhecimento | (6,27%)
5. Educação, Desporto e Juventude | (19,26%)
6. Saúde e Bem-Estar | (2%)
7. Promoção da participação dos seus cidadãos | (1,06%)

O gráfico apresentado reflete, precisamente, a expressão de cada um dos objetivos estratégicos que compõem as GOP, destacando-se essencialmente:

- **Planeamento, Reabilitação e Qualificação Urbana (34% | 36,7M€)**
. com a Reabilitação Urbana (8M€), as Infraestruturas Sanitárias e de Higiene Pública (7,3M€) e a promoção da Habitação, Reconstrução e Renovação Urbana (7,2M€) a assumirem os valores mais expressivos.

Neste contexto, as operações com financiamento PEDU continuarão a representar uma importante parte do investimento municipal, designadamente a reabilitação do edificado e dos espaços públicos nos Bairros da Rosa, do Ingote e ex-IGAPHE, enquanto que o “1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação”, com apoio do PRR, que constitui um programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais, complementar aos projetos municipais de apoio ao arrendamento a custos acessíveis, terá uma dotação no presente Orçamento de **3,8M€**.

Ao mesmo tempo, merecem destaque projetos novos a nível do Ambiente, Espaços Verdes e Jardins como a Rede de Praias Fluviais de Coimbra, o Roadmap para a Transformação Circular: Coimbra 2021-2030, a Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses e a Rede Municipal de Microreservas.

- **Solidariedade, Inclusão e Humanismo (21% | 22,8M€)**
. com a Função Social do Transporte Público (12,4M€) e a Descentralização e Apoio às Uniões e Juntas de Freguesia (9,3M€) a representarem a quase totalidade do valor. Relativamente a esta componente, existe um ligeiro aumento face ao ano anterior (incorporando a possibilidade de compensação das duas Freguesias que ainda não aceitaram a descentralização), estando incluídas



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

dotações orçamentais de 3,7M€ referentes a Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos transitados de 2018 a 2021, por executar.

- **Educação, Desporto e Juventude (19% | 20,8M€)**
. com destaque para a Igualdade de Oportunidades para a Educação (13,1M€), que abrange um largo conjunto de projetos para o apoio ao funcionamento das escolas, a nível da Ação Social Escolar (auxílios económicos, manuais e material escolar), de alimentação e transportes escolares, gastos das escolas, etc.
- **Coesão Territorial e Desenvolvimento Socioeconómico (17% | 17,6M€)**
. com valores mais expressivos relativos a Equipamentos e Infraestruturas Estruturantes (5M€, em que o principal investimento diz respeito à estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponta Sta Clara e o Açude-Ponte), Acessibilidades/Vias Complementares (4,9M€), e Ordenamento do Tráfego e Circulação (3,7M€, em que será dada execução aos projetos PEDU Caminhos pedonais da Cruz de Celas/Baixa, Sta Clara, Arregaça e Loios e Sta Clara/Calçada de Santa Isabel).
- **Na vertente da Cultura, Artes e Conhecimento**, comparativamente a 2021, constata-se um reforço no valor de 2,4M€, destinado essencialmente à Valorização do Património Histórico e Cultural, aos Espaços Culturais e à Candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027.
Importa, pois, referir que esta candidatura teve um acréscimo de praticamente 1M€, tal como foi defendido, desde sempre, pelos membros do atual Executivo, que está empenhado em trabalhar intensamente para que Coimbra seja Capital Europeia da Cultura em 2027. Queremos que esse objetivo seja cumprido e que a Cultura e as Artes em geral, e as indústrias criativas em particular, deem um salto quantitativo, qualitativo, transformador, sustentável e duradouro.
- A verba destinada para a **Saúde e Bem-Estar** é também reforçada, representando 2,1M€. E, neste setor, introduzimos efetivamente o conceito de Saúde nas políticas municipais, e vamos criar um Centro de Investigação em Medicina Preventiva e Saúde Comunitária, para colaborar na estratégia municipal de Saúde, sempre com o propósito de avaliação e melhoria contínua da Saúde do concelho de Coimbra.
- Há, ainda, um reforço residual da verba destinada à **Promoção da participação dos seus cidadãos nas políticas públicas**, com clara prioridade para a realização dos projetos dos “Orçamento participativo de 2019” e “Orçamento participativo de 2020”, bem como do “Orçamento participativo jovem 2020”.

Ainda que existam boas perspetivas de cofinanciamentos, tanto pela conclusão do Portugal 2020 como pelo início da execução do Plano de Recuperação e Resiliência, é importante também referir que há diversos fatores de risco associados à execução deste Orçamento, que decorrem essencialmente de uma conjuntura internacional desfavorável (caracterizada pelo aumento do preço dos combustíveis, pela tendência ascendente da inflação, pela escassez de matérias-primas associada à disrupção nas cadeias de abastecimento e pelo aumento meteórico do custo global das obras, não descurando o eventual aumento da taxa de juro, que poderá fazer aumentar o serviço da dívida do Município).

Saliento, ainda, que a não aprovação do Orçamento do Estado para 2022 e a conseqüente gestão orçamental por duodécimos a partir de 1 de janeiro não tem qualquer implicação para a Câmara e não prejudica o processo de descentralização de competências para as autarquias locais, em curso, que continua em vigor e em execução. Todavia, caso aquela proposta de Orçamento seja aprovada, existirá um acréscimo de receita de aproximadamente 1M€ para o Município de Coimbra.

V

Em jeito de conclusão, afigura-se relevante lembrar que:



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- o processo orçamental foi iniciado em agosto, por despacho do anterior Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. Manuel Machado;
- foi muito curto o tempo que tivemos para a sua conclusão e que quando tomámos posse, há praticamente três meses (que se completam amanhã), o documento já estava em curso, com orientações e prazos estipulados;
- ainda foi necessário constituir equipas e proceder à delegação de competências;
- apanhámos uma fase de propagação da variante Ómicron da COVID-19, que apesar de ser menos nefasta, é mais contagiosa e obrigou a medidas de contenção por parte do Governo, como a obrigatoriedade de teletrabalho, o que condicionou também a conclusão deste documento.

É, contudo, com os olhos postos no futuro e nas mudanças estruturais que Coimbra necessita para se reposicionar como a principal cidade do país, fora das duas grandes áreas metropolitanas, que desenvolveremos a nossa estratégia e cumprimos os compromissos que assumimos com os conimbricenses. Esta proposta de Orçamento não reflete ainda – pelas razões que já referi, de escassez de tempo e de vontade de uma renovação tranquila, progressiva e consistente – a maioria das mudanças que pretendemos realizar, mas já tem o nosso cunho, pois acomoda alguns compromissos que assumimos com os conimbricenses, e muitos outros que serão claramente cumpridos no decorrer deste ano.

Sabemos que as diferenças já estão a ser sentidas na forma de governar:

- pela transparência, da qual é um bom exemplo a emissão online das reuniões do Executivo Municipal;
- pelo diálogo e humildade, ao ouvirmos com atenção e cortesia todos os que nos procuram e precisam de soluções para os seus problemas;
- pelas alterações que já introduzimos, como a real implementação do processo de digitalização e a aceleração dos procedimentos na Câmara Municipal.

E a verdade é que quando o exemplo vem de cima e temos um Presidente de Câmara que despacha tudo em suporte informático, tudo se torna mais fácil e mais ágil!

Para o ano, sentir-se-ão mais diferenças. Nomeadamente, estamos a avaliar a possibilidade de testar a elaboração de um Orçamento de base zero em alguns setores, o que implicará, por certo, reformas estruturantes no modo de gestão e atuação da Câmara Municipal.

Para o presente ano, é esta a nossa previsão e são estas as nossas linhas orientadoras, esperando contar com o contributo de todos para as cumprir, com rigor, em prol do crescimento e desenvolvimento da nossa cidade e da melhoria da qualidade de vida dos conimbricenses”.

O Senhor **Presidente** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

“Acabámos de ouvir a excelente apresentação técnica do orçamento e GOP da Câmara Municipal para 2022 feita pelo vereador Miguel Fonseca, a quem agradeço. Como foi dito, estes são os documentos de maior relevância na expressão das opções políticas de um Executivo.

Quero começar por agradecer a todos os funcionários envolvidos na elaboração deste complexo Orçamento. Foram pessoal e tecnicamente inexcelentes. A Câmara de Coimbra está servida de excelentes profissionais. Com a próxima reorganização da estrutura camarária, o progresso da digitalização e o ritmo de trabalho que temos vindo a imprimir à organização, tudo irá melhorar. A hercúlea recuperação dos atrasos no urbanismo é um reflexo disso mesmo e trará resultados extremamente positivos para os municípios e para o investimento. Recentemente fiz uma reunião alargada e muito profícua com os trabalhadores do sector da cultura, na Casa da Cultura, para conversarmos sobre o presente e o futuro; para minha surpresa, nunca tinha havido uma reunião deste género! A melhoria da Câmara e o desanuviar do ambiente já são evidentes. Iremos continuar neste caminho.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Globalmente, pode dizer-se que este orçamento está em linha de evolução com os anteriores, pelo que, naturalmente, contamos com a sua aprovação tranquila, embora devamos assinalar algumas diferenças na forma, no conteúdo e na estratégia, em linha com a vontade expressa maioritariamente pelos eleitores nas últimas eleições autárquicas. Não me vou alongar em questões estratégicas, já amplamente citadas e analisadas durante o debate na Assembleia Municipal e que estão longamente explanadas na introdução do documento que agora apresentamos e que resumimos numa frase: criar todas as condições para colocar Coimbra como uma das cidades mais competitivas e com mais qualidade de vida do país e do mundo para a atração de pessoas e talentos.

Desde logo, vincamos a diferença na forma de estar. Estamos na Câmara não para fazer política partidária, mas para apostar no mérito, servir o concelho, promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida dos munícipes. Não fizemos como o PS em 2013, que parou as obras quase todas e expoliou centenas de milhares de euros às Freguesias, para recomeçar quase do zero, prejudicando e atrasando gravemente o concelho. Basta lembrar, por exemplo, o Centro Cívico do Planalto de Ingote, uma obra com potencial social transformador e que esteve parada durante oito anos de chumbo. Vamos retomar este projeto. Ao não expoliar as Freguesias do orçamento das obras por fazer, não repetindo a decisão indecorosa do PS em 2013, já estamos a beneficiar as Freguesias relativamente a esse passado, mas queremos, naturalmente, ir mais longe em próximos orçamentos, depois de recuperarmos os enormes atrasos das suas obras, e aprofundarmos, com aquelas que assim o desejarem, o processo de descentralização, já em curso com a União de Freguesias de Coimbra e a União de Freguesias de Souselas e Botão. Ainda não houve tempo para este passo.

Os nossos curtos três meses de presença na Câmara aconselham naturais cautelas e ponderação nas decisões a tomar. Grande parte do tempo foi utilizado para tomar contacto com as pessoas e os serviços, em múltiplas reuniões internas e externas e a corrigir erros. Somando aos que já têm vindo a ser referidos, acrescento, a título de exemplo, o projeto da Casa da Criança, que visa transformá-la numa extensão do Centro de Saúde de Taveiro. O projeto tem erros graves, por culpa das imposições do executivo socialista e da recusa de diálogo com a ARS, erros esses que iriam inviabilizar irremediavelmente a sua utilização para fins de Saúde e implicar a perda de financiamento comunitário. Bastará dizer que os arrumos tinham luz e ventilação natural, mas os gabinetes médicos, relegados para o interior, não, nem sequer tinham as medidas regulamentares... Agora que a empreitada estava em condições de ser consignada, vamos ter de rever acelerada e urgentemente o projeto; este é apenas mais um exemplo da indescritível e incompetente gestão socialista dos últimos 8 anos. Ainda bem que Coimbra se libertou desse espartilho.

Se há algo que já se nota, e bem, é a melhoria da democracia e da transparência, com a transmissão das reuniões da Câmara, os Vereadores da oposição a poderem participar no debate com uma liberdade que anteriormente não era permitida, a participação livre dos munícipes e o debate inédito na Assembleia Municipal sobre o orçamento e as GOP antes da sua aprovação formal, com uma exaustiva e elucidativa apresentação pelo Diretor do Departamento Financeiro, que repetiremos todos os anos. Além disso, enviamos estes extensos documentos a todos os senhores vereadores com cinco dias úteis de antecedência sobre esta reunião, ao contrário do passado, em que os mesmos eram enviados apenas com dois dias úteis de antecedência.

Uma fortíssima condicionante do orçamento são as questões financeiras. Só a Covid-19 e a descentralização da Educação retiram-nos 6 milhões de euros de orçamento. Além da Saúde, vai ser imposta este ano a descentralização na área da Ação Social, para nós um enorme desafio, com um pacote financeiro indiscutivelmente subfinanciado, o que vem incrementar ainda mais despesa para a Câmara. É inaceitável a forma como o Governo está a impor uma descentralização sem as devidas contrapartidas financeiras; nesta área, em Coimbra, é ainda pior, pois existe uma estrutura na Segurança Social para fazer face às necessidades existentes e, agora, sem transferência de pessoal, a Câmara vai ser obrigada a criar, duplicando, uma estrutura correspondente. Temos todos o interesse em receber as competências a descentralizar, mas desde que não sejam acompanhadas da transferência paralela do deficit do Orçamento Geral do Estado.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Também convém recordar que o montante da dívida da Câmara em setembro de 2021 era de 40 milhões de euros e que a margem efetivamente disponível para endividamento é apenas de 17 milhões de euros, pelo que é imperativo continuar a consolidação orçamental, em particular no atual contexto económico financeiro muito volátil, em que os juros podem começar a subir a todo o momento, obrigando a uma maior adesão dos compromissos à despesa efetiva.

Além disso, as responsabilidades contingentes para 2022, decorrentes de processos judiciais pendentes contra a Câmara de Coimbra, ascendem a um valor de 50 milhões de euros. Neste contexto, não é possível fazer milagres, ainda. Como refere Ana Carolina Sena, “a verdade é que não se consegue nada da noite para o dia”. Enfim, vai-se conseguindo alguma coisa, mas os efeitos não são repentinos. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), já com algum reflexo positivo neste orçamento, e o Portugal 2030 são oportunidades para o futuro.

Certamente ninguém espera que cumpramos no primeiro ano de mandato todo o programa da coligação Juntos Somos Coimbra, que apresentámos para um horizonte de 8 anos, assim como estamos certos de que quem esteve 8 anos na Câmara não vai agora exigir que façamos de imediato aquilo que eles próprios não concretizaram em dois mandatos sucessivos. Ou será que vão?... Adicionalmente, procurámos incorporar já este ano muitas das propostas que nos foram sendo colocadas, todas elas interessantes e válidas. Por exemplo, reservámos 300.000 euros no âmbito da contratação especializada relativa ao património arbóreo.

O que torna este orçamento bem diferente dos anteriores é a definição de uma linha estratégica muito mais ambiciosa no sentido do desenvolvimento sustentável de Coimbra e da dinamização económica, social e cultural de toda a região centro. Não foi por acaso que a primeira cimeira entre a Comunidade Intermunicipal de Coimbra, com a qual estamos a trabalhar numa estratégia metropolitana, e a Comunidade Intermunicipal de Leiria, um importantíssimo passo no diálogo estratégico da região Centro, de enorme significado, só ocorreu depois da eleição da nova equipa da Câmara de Coimbra. Estamos agora mais aptos a lutar contra o excessivo centralismo de Lisboa e a grave bipolarização do país. Todos iremos beneficiar.

Esta postura de abertura e participação permitiu aprofundar o diálogo construtivo com outras instituições, como a Universidade. Era habitual dizer-se que a Universidade e a Cidade estavam de costas voltadas; hoje podemos dizer que caminham de mãos dadas, a trabalhar pela afirmação e desenvolvimento de Coimbra e da região, e os projetos comuns começarão a acontecer.

Iremos agora desenvolver novos projetos, essenciais para a apresentação de novas candidaturas a financiamento, como é o caso do José Falcão, da Eugénio de Castro, da EBI da Conchada, do Mosteiro de Santa Clara a Nova, da reabertura, para uma utilização ligada a um projeto disruptivo de educação, do icónico edifício dos CTT junto ao mercado municipal, do grande projeto das margens do rio Mondego. O Plano Marshall para a Baixa está em curso. O plano de estudo e abertura do Mikveh judaico está finalmente em marcha. A aceleração, desburocratização, digitalização e a proatividade da Câmara, assim como a operacionalização da via verde para o investimento, irão facilitar o processo de atração de investimento, reindustrialização e criação de emprego. Uma fortíssima aposta no 1.º Direito e na resolução dos problemas e lacunas da habitação social. Vários projetos inovadores no âmbito do ambiente, como o roadmap para a economia circular e a aposta numa rede municipal de microreservas. A comemoração dos 100 anos da biblioteca municipal. A aposta nos meios suaves de transporte e o fortíssimo investimento nos transportes públicos. A candidatura a cidade criativa da música. O desenvolvimento do conceito de smart city. A reabilitação total do mercado do Calhabé. A construção da carta desportiva do concelho e a aposta em novas estruturas desportivas e novos eventos culturais. Etc., etc., etc.

Para nós, pelo seu potencial transformador do concelho, a candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027, para a qual duplicámos o orçamento, que terá de ser muito incrementado nos próximos anos, representa o mais importante projeto para o futuro próximo de Coimbra, pelo que temos vindo a realizar várias reuniões com o Grupo de Trabalho, cujos contratos foram renovados, para prepararmos o segundo bid book, absolutamente determinante para a seleção final da cidade vencedora.

Estamos a desenhar um novo futuro para Coimbra.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

O orçamento e as GOP, quer da Câmara, quer dos SMTUC, os documentos deste tipo mais dialogados de sempre, são a base deste novo caminho escolhido pelo povo de Coimbra, pelo que, independentemente das inevitáveis críticas políticas, que democraticamente aceitamos e analisaremos cuidadosamente, contamos com a sua aprovação, hoje e na próxima Assembleia Municipal.”

O Senhor Vereador Carlos Cidade agradeceu ao Senhor Vereador Miguel Fonseca a excelente explanação. Contudo, referiu que ao ouvir o Senhor Presidente lhe parece que os dois não falam da mesma coisa, uma vez que o que estão a analisar são as Grandes Opções do Plano (GOP), para 2022, da Câmara Municipal de Coimbra, voltando a agradecer a explanação do Senhor Vereador Miguel Fonseca. Do mesmo modo, agradeceu a todos os colaboradores municipais que mantêm neste processo, como nos anos anteriores, o seu profissionalismo e a qualidade que colocam na elaboração técnica destes documentos.

De seguida, proferiu, ainda, a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

“As Grandes Opções do Plano e o Orçamento são os principais instrumentos de concretização das políticas constantes dos programas eleitorais das forças políticas vencedoras das eleições autárquicas.

A proposta das Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento para 2022 apresentada pela Coligação vencedora das últimas eleições autárquicas, tem uma designada “visão estratégica” que corresponde a um panfleto ainda de campanha eleitoral, o que vem mostrar a incapacidade da atual maioria, limitando-se a apresentar uma proposta traduzida num orçamento de continuidade do Executivo do Partido Socialista, assente na política fiscal apresentada pelo PS e aprovada em setembro de 2021, ainda no mandato anterior. Estas GOP e Orçamento mostram claramente a incapacidade de cumprir as promessas eleitorais deste executivo, pois traduz-se na falta de programas, projetos e ações concretas.

É mais fácil dizer do que fazer, pois a gestão autárquica exige trabalho e capacidade de realização!

Apesar desta incapacidade da atual maioria e de objetivamente tratar-se de uma continuidade das políticas do PS, ainda assim procurámos apresentar algumas propostas para consolidar a visão do PS para Valorizar Coimbra que se traduz na afirmação de uma Coimbra de História, de Património, de Pessoas, de Ciência e de Cultura, de uma cidade Cosmopolita e Empreendedora, de uma cidade de Investimento, de Tecnologia e de Indústrias Criativas, de uma cidade de Inovação e Conhecimento, onde as pessoas tenham gosto de viver e de trabalhar e os visitantes sintam vontade de voltar:

Ao contrário do reforço das verbas previstas no programa de Reabilitação Urbana, estas ainda são diminuídas, prejudicando a reabilitação urbana, designadamente do Centro Histórico, que é fundamental para combater a degradação urbana, melhorar as condições de habitabilidade e funcionalidade, promover o património cultural e modernizar infraestruturas, tornando a cidade mais atrativa em termos turísticos o que, naturalmente, contribui para a dinamização da economia local. É certo que nos últimos anos se verificou uma forte execução de inúmeros projetos de requalificação do coração da cidade, que este movimento com a sua proposta quer parar;

O Programa Municipal para as Alterações Climáticas elaborado pelo Executivo socialista, tinha de ser, forçosamente, uma prioridade, pelo que a sua execução tinha que ter uma dotação compatível e reforçada para 2022, ao contrário tem apenas uma verba de 5.000,00€, abdicando do incentivo essencial ao contrário do previsto como comparticipação no Plano promovido pela CIM-RC e não inscreve a preparação da candidatura de Coimbra para as 100 cidades europeias neutras em carbono, programa lançado pela Comissão Europeia;

Não é aproveitada a nossa proposta no âmbito do programa Acessibilidades/Vias estruturantes para que fossem devidamente dotadas com verbas a Via estruturante Santa Clara/São Martinho do Bispo -Troço Via rápida / Rua dos Covões e a Via estruturante Santa Clara/São Martinho do Bispo - troço Centro de Saúde/Guarda Inglesa e ligação ao IC2 (Nó do Planalto de Santa Clara) como vias fundamentais para melhorar as acessibilidades na margem esquerda, sobretudo no que concerne aos serviços de saúde, designadamente ao Hospital Central dos Covões do qual Coimbra e a Região precisam; estas obras tinham de aparecer na proposta de GOP e Orçamento para 2022 com uma dotação compatível, nomeadamente,



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

aquisição de terrenos e adaptação de projeto, e esta maioria apenas tem as suas rubricas com 10€ para cada uma. Uma total falta de visão estratégica;

- A execução da designada Estrada da Beira, já com projeto aprovado e adjudicada, com a devida planificação de execução da obra importante para a qualificação daquele espaço importante da cidade, compaginado com as obras do Sistema de Mobilidade do Mondego tem apenas 10 € para este ano e apenas para 2023 uma verba de 450.000,00€ e para 2024 de 1780.000,00€; recorde-se que a obra está adjudicada e a não se iniciar em 2022, trará graves problemas ao Município, mas acima de tudo às pessoas.

Abdicam totalmente de reforçar a Educação Pré-Escolar com vista à criação de uma rede pública de creches, conforme os socialistas apresentaram no seu programa eleitoral e bem pior ao ponto de reduzir a dotação para 2022 em quase 4%;

Fica claro o objetivo de impedir e de valorizar a participação dos cidadãos através do Orçamento Participativo e do Orçamento Participativo Jovem para 2022, sem verba capaz de levar à participação dos conimbricenses;

Apesar de estar previsto, conforme o PS propôs, o Programa de Apoio Social às Famílias e ao Comércio Local, que têm sido fortemente penalizados pela Pandemia Covid-19, tem verbas claramente insuficientes;

Numa cidade de saúde, esta maioria é incapaz de executar o Plano Municipal de Saúde com dotações compatíveis, desrespeitando e incumprindo os Órgãos Autárquicos que o aprovaram, não o dotando dos meios financeiros para a sua execução, apenas se limita à inscrição da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, e a aquisição de serviços e bens com valores insuficientes.

Ainda mais incompreensível no quadro da Estratégia Municipal de Saúde, não haver qualquer tipo de verba para executar as várias ações previstas.

Nesta área, é preocupante quanto à Casa da Criança de Taveiro/Extensão de Saúde de Taveiro não estar com verbas definidas compatíveis.

Num momento difícil como o que vivemos não se compreende que não se reforce o Fundo Municipal de Emergência Social para a ação das Comissões Sociais de Freguesias no combate à pobreza potenciada pela atual crise económica e social;

Apesar de inscrito com verbas insuficientes, não se procura criar um verdadeiro e sério Programa Municipal de Apoio aos Cuidadores Informais;

Não se vislumbra que as Repúblicas de Estudantes estejam inscritas na Estratégia Local de Habitação, o que leva a crer que a atual maioria não quer apoiar a sua reabilitação e não as assume como uma real opção habitacional para jovens estudantes, em articulação com a Universidade de Coimbra;

Não criam mais abrigos de emergência social para dar resposta a vítimas de violência doméstica, sem abrigo, ou outras pessoas de risco social agravado que se encontrem em necessidade urgente de habitação;

Não inscrevem, nem preparam uma candidatura de Coimbra à European Green Leaf Award 2024;

Abdicam de um programa fundamental, como o Programa Municipal Educar para a Cidadania Ambiental e o “Prémio Jovem para a Sustentabilidade”;

Apesar de inscrito, não existe um verdadeiro Programa Municipal de Desporto Escolar, que vise o fomento da atividade desportiva, em colaboração com os agentes desportivos e educativos do concelho, mas apenas se limita à aquisição de equipamento;

Registe-se a inscrição do Programa Olímpico Atletas de Alto Rendimento com dotação aceitável, que acaba por corresponder à proposta do PS de criação de um Programa Municipal Paris 2024 para apoiar os atletas de alto rendimento na preparação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, à semelhança do Programa Tóquio 2020 e 2021;

Já negativa é a redução de 50% nos apoios aos clubes e associações desportivas no âmbito do Regulamento Municipal de Reabilitação de Infraestruturas Desportivas, cujo Programa tem sido um êxito desde que foi criado em 2019;

Não é criado o programa “Cuidador do Espaço Público”, que incluiria a constituição de uma bolsa de cidadãos com a função de identificar problemas na sua comunidade e de os transmitir à autarquia, sensibilizar



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

a sua comunidade para a manutenção e apropriação do espaço e promover o envolvimento dos cidadãos na dinamização de atividades no espaço público;

Não se vislumbra a criação da aplicação móvel “Our City” para participação de ocorrências, leitura e faturação de água, divulgação de eventos, agenda e avisos, assim como a não criação do Laboratório de Inovação Cidadã, no coração da cidade, numa parceria com a Universidade de Coimbra.

Assim, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, entendem que já é tempo de passar das palavras aos atos, pois com estas GOP's e este Orçamento, muito cai por terra, pois o que foi prometido aos conimbricenses não se identifica nas diversas medidas que motivaram o sistemático voto contra do Somos Coimbra em todas as propostas de GOP e Orçamento apresentadas pelo PS nos últimos 4 anos.

Em face das promessas eleitorais do Juntos Somos Coimbra não conseguem inscrever os 9M€ para a Candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura, não conseguem garantir as transferências previstas para as Freguesias quer perfazem 10% do orçamento, e não incluem o tão anunciado “Plano Marshal” para a revitalização da Baixa, entre outras inúmeras promessas, que já sabiam que não podiam garantir e que nos últimos 4 anos motivaram sistematicamente o voto contra do Somos Coimbra nas propostas de GOP e Orçamento apresentadas pelo Partido Socialista.”

O Senhor Vereador **Francisco Queirós** iniciou a sua intervenção reconhecendo o grande trabalho elaborado pelos técnicos da Autarquia, designadamente o Departamento Financeiro e, também, aqueles que integram a divisão específica desta área, bem como o elevado profissionalismo dos funcionários municipais e que é importante recordar. De seguida, proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

“1. Câmara Municipal

Dado que a tomada de posse do novo executivo camarário ocorreu há 3 meses, a 18 de outubro, era expectável que os documentos previsionais, GOP e Orçamento, não constituíssem já uma profunda alteração nas grandes opções, tanto mais que o quadro das receitas, no que à fiscalidade de decisão municipal se reporta, já estava anteriormente definido pelos órgãos próprios, ou seja, foi ainda aprovado no final do mandato anterior.

A visão estratégica, que a atual maioria apresenta, assume esta manutenção das grandes linhas anteriores no que respeita a opções financeiras. Lê-se na página 7 do documento que “na elaboração do atual orçamento, um documento previsional e orientador, não introduzimos ainda modificações substanciais (...) porque queremos promover uma revolução tranquila”. Assim, esta visão estratégica assume fundamentalmente uma alteração de rumo ao nível de um estilo de maior diálogo, de auscultação dos diferentes agentes municipais. Quanto a isso, o futuro nos dirá.

Começou o novo executivo por prometer uma grande discussão pública dos documentos previsionais do município. De facto, decorreu uma reunião extraordinária da assembleia municipal onde, porém, só foi disponibilizada a dita nova visão estratégica. Esta é, na verdade, sobretudo um manifesto político-eleitoral, embora aqui se valorize não só a intenção de um novo estilo de governação como se valorizem algumas áreas de intervenção significativas, como os transportes, a simplificação de procedimentos burocráticos com o processo de digitalização e de modernização da câmara, a afirmação da cultura, a valorização dos recursos humanos, etc.

Tendo o executivo anunciado esta nova postura de abertura e de ampla discussão dos próprios documentos previsionais, questionamos se de facto foi cumprido o estatuto da oposição, conforme a Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, número 3 do artigo 5.º, ouvindo e cito: “os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas têm o direito a ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividades.”

Foram ouvidos?

As Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município configuram sempre um conjunto de propósitos, que permitem, essencialmente, apreciar quais as prioridades do executivo camarário.

No processo de análise e discussão das GOP e Orçamento Municipal para 2022, a CDU identifica diferenças consideráveis em relação ao que defende em múltiplas áreas e que desde há muito apresenta.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A CDU retoma um conjunto de propostas, que já anteriormente considerou urgentes e exequíveis (algumas das quais, aliás, sem impacto na despesa), e que mantém toda a sua atualidade.

Deste modo, salientamos que continuam a subsistir várias questões fundamentais: a necessidade imperiosa de disponibilização às Freguesias dos projetos para obras contratualizadas; a inversão do modelo de fornecimento das refeições escolares; a aquisição de equipamentos e maquinaria; a requalificação dos tão degradados edifícios municipais; a definição e execução de plano que garanta mobilidade pedonal para todos; o reforço e diversificação dos apoios às entidades e agentes culturais, entre outras.

Em concreto, a CDU tem pugnado por:

1. Alterar progressivamente o modelo de fornecimento das refeições escolares nas escolas da responsabilidade do Município; os passos insuficientes já dados têm de ter continuidade; acelerar as decisões para a constituição de uma central de compras, para o efeito acima mencionado.

2. Garantir a entrega dos projetos das obras das Juntas de Freguesia referentes a anos anteriores, no mais curto espaço temporal, possibilitando que os projetos das obras das Juntas de Freguesia para o ano de 2022 sejam disponibilizados em tempo útil. A assunção destes atrasos, implica o compromisso de execução de um plano de recuperação efetivo.

3. Dar continuidade à dotação aos serviços municipais de recursos humanos adequados, na sequência do processo de reestruturação orgânica dos serviços municipais já anunciado e a iniciar; manter e reforçar o caminho de aquisição de equipamentos por forma a dotar os serviços municipais de meios bastantes para o cumprimento da sua missão, revertendo a externalização de serviços; dar início à requalificação dos equipamentos e edifícios municipais.

4. Elaborar um Plano de Mobilidade Inclusiva para todo o concelho. Exige-se uma planificação global no sentido de, sistematicamente, e não através de intervenções pontuais, serem melhoradas as condições de mobilidade, em particular para os cidadãos idosos ou portadores de deficiência, alargando a acessibilidade nos espaços municipais, ampliando os lugares de estacionamento para deficientes, as rampas de acesso e os passeios rebaixados no acesso a passeadeiras, eliminando os pisos escorregadios.

5. Não privatização dos serviços de transportes públicos, continuando a apostar na modernização e reforço da frota, com contratação de pessoal, especialmente para a manutenção e circulação, e na expansão do serviço público de transporte coletivo de passageiros a todo o concelho.

Com a afirmação pelo executivo deste rumo e tendo em conta as enormes dificuldades que ainda há a vencer nesta área não inviabilizaremos a proposta de GOP e Orçamento dos SMTUC.

6. Promoção da habitação através da requalificação dos bairros municipais e do aumento dos fogos com condições de habitabilidade; dar cumprimento ao levantamento de imóveis efetuado aquando do alargamento das ARU's, iniciando os procedimentos para proceder à colocação de imóveis em regime de arrendamento ou venda a custos controlados ou para apoiar o associativismo, cultural, desportivo ou juvenil, travando a especulação, condicionando os preços de mercado, revitalizando o centro da Cidade. Neste sentido privilegiar a habitação a preços controlados, para famílias e jovens, no edificado em torno da Via Central, conferindo especial atenção a este aspeto; criar uma Casa Abrigo Municipal, de transição, para vítimas de violência doméstica;

7. A dotação dos meios mínimos necessários à execução dos compromissos entretanto delegados no Vereador da CDU, ao nível das Bibliotecas, de um novo Arquivo Municipal; de meios e equipamentos para as diversas áreas dos jardins e espaços verdes; da agricultura urbana; do serviço médico-veterinário.

8. Na área da Cultura, proceder à indicação de espaços disponíveis na cidade para ocupação temporária por grupos amadores e profissionais, como forma de garantir a continuação das atividades dos grupos que ocupam espaços com área insuficiente para assegurar distanciamento; Estes espaços deverão passar a estar sempre disponíveis, em regime de rotatividade ou de calendarização, pelo menos; Elaborar um cadastro, devidamente orçamentado, do que está disponível e apto a ser ocupado; Criar um Centro de Recursos Municipal responsável pela cedência ocasional de equipamentos diversos, (som, luz, mobiliário de cena, etc.), para apoio à atividade cultural; Proceder à construção de um manual de licenciamento de espetáculos durante este período de pandemia, incluindo contactos, procedimentos e sugestões; Reforçar a ligação com os agentes



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

culturais, de preferência com a responsabilização de duas pessoas para contacto direto e prévio com estruturas e acompanhamento de processos.

Estas propostas mantêm toda a sua atualidade e em larga medida para a sua concretização implicam poucos custos financeiros.

Na verdade, em causa está a vontade política em traçar outros rumos.

A CDU deste modo, considerando que estes documentos previsionais, GOP e Orçamento da Câmara para 2022, não são os que correspondem ao seu programa, o que se compreende, mas que também não incluem várias destas orientações que consideramos fundamentais para o desenvolvimento do concelho de Coimbra, não votará favoravelmente a proposta apresentada.

A CDU manter-se-á firme quanto à exigência de que novos passos sejam dados pelo executivo ao encontro destas nossas propostas. Como sempre, a CDU afirma-se responsável e disponível, em todas as circunstâncias, na procura das melhores soluções para o concelho, esperando que a uma nova visão estratégica venha a corresponder a concretização de novas políticas municipais.

Deste modo, a CDU abstém-se na votação das Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra para 2022.”

A Senhora **Vereadora Carina Gomes** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

“Em jeito de introdução, quero afirmar que, depois de ouvir a intervenção inicial do Senhor Presidente, fico ansiosa pela concretização de todos esses projetos que mencionou. Mas ainda está tudo no plano esotérico das intenções futuras. Cá estaremos daqui a 4 anos – e não a 8, como o Senhor Presidente gosta de dizer – para fazer balanços.

Indo ao que importa, as Grandes Opções do Plano e Orçamento de uma Câmara Municipal representam, como dissemos antes, o instrumento que melhor traduz a visão, os objetivos e as estratégias de concretização de ações do órgão executivo. Isso não acontece, contudo, com a presente proposta de GOP, na medida em que que o atual executivo, embora tenha sido maioritariamente contra tudo o que aconteceu nos últimos quatro anos, apresenta um orçamento de continuidade em relação às opções do Partido Socialista e, por isso mesmo, em vincadas e gritantes contradições com as suas próprias propostas.

No final de dezembro de 2021, o Senhor Presidente da Câmara apresentou uma primeira versão das GOP e Orçamento para 2022 à Assembleia Municipal, para discussão e apresentação de propostas – uma versão que, aliás, não foi dada a conhecer aos Vereadores do Partido Socialista. Fê-lo para uma verdadeira construção participada das GOP e Orçamento, disse. E agora, três semanas depois, apresenta uma segunda versão na Câmara. Senhor Presidente, pergunto e gostaria de uma resposta clara: quais são as diferenças substanciais entre as duas versões? O que aproveitou verdadeiramente da discussão da Assembleia Municipal para melhorar as GOP? Dê-nos exemplos concretos de casos em que essa participação tenha surtido efeito.

Sendo um orçamento globalmente de continuidade do Partido Socialista, há, ainda assim, aspetos particulares que não compreendemos e queremos realçar.

No que respeita à cultura, alegadamente uma área de eleição do atual Presidente, que se autointitula embaixador cultural, assistimos a um aumento de cerca de um milhão e oitocentos mil euros, dos quais pouco mais de um milhão, cento e quarenta e dois mil euros se destinam à candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura, ficando essa dotação muito, muito aquém dos 9 milhões de euros anuais que o Senhor Presidente sempre disse serem essenciais para representarem um verdadeiro compromisso da Câmara Municipal com a candidatura. Só podemos concluir, seguindo a própria lógica do Senhor Presidente quando era vereador da oposição, que o atual executivo não está verdadeiramente comprometido com esta candidatura. Ou, se está, enganou-se redondamente quando alvitrou o valor de 9 milhões de euros.

Os restantes aumentos na área da cultura devem-se, e muito bem, às celebrações do centenário da Biblioteca Municipal e a projetos financiados por fundos europeus, candidatados e aprovados durante o anterior mandato do Partido Socialista e que naturalmente saudamos.

Pelo contrário, assistimos a uma diminuição do montante destinado aos apoios ao associativismo cultural, que perde 60.000€. Ora, numa fase em que as associações passam por tantas dificuldades devido aos



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

constrangimentos da pandemia, reduzir os montantes dos apoios é, no mínimo, contraditório e infeliz, porque não compatível com a alegada importância que o Senhor Presidente diz atribuir à cultura e ao Conselho Municipal de Cultura. É pouco? Talvez! Mas são 60 mil euros, fazem falta às associações culturais e a sua perda é um mau presságio.

Também os espaços culturais, as iniciativas culturais relevantes e a animação veem os seus orçamentos reduzidos em 381.147€ (trezentos e oitenta e um mil, cento e quarenta e sete euros), do mesmo modo que, noutra área das GOP, a Dinamização e Promoção do Turismo perde 314.277€ (trezentos e quatorze mil, duzentos e setenta e sete euros).

É, de facto, incompreensível e, acima de tudo, injustificável que áreas tão apregoadas como essenciais pelo Senhor Presidente vejam agora estas reduções.

Atente-se, finalmente, na dotação para a área da juventude, sistematicamente criticada pelo Senhor Presidente que a considerava insuficiente. E, pasme-se, nas GOP para 2022, esta rubrica ainda perde mais dotação.

São demasiadas contradições! É, assim, caso para concluir que os votos contra durante quatro anos não passaram de uma estratégia política para ser isso mesmo, do contra, e que as promessas feitas em campanha eleitoral não passaram disso mesmo, de promessas, já que este orçamento do Juntos Somos Coimbra não traduz nada do que foi apregoado, defendido ou prometido pelo atual Presidente da Câmara.”

O Senhor **Vereador José Dias** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

“Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Cara comunicação social,

Caras e caros trabalhadores municipais,

Caras e caros munícipes,

Os documentos que hoje apreciamos são o espelho da visão e estratégia para o Município de Coimbra, concretizando-se nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento para 2022 as ações que ambicionamos concretizar por uma Coimbra cada vez mais desenvolvida, sustentável e que, indubitavelmente, possa ser mais uma página da recuperação económica e social do nosso concelho, respondendo aos desafios atualmente impostos por uma pandemia agressiva e em permanente mutação.

Tendo o executivo anterior atravessado dois anos de uma crise de saúde pública sem precedentes, começo por saudar o exercício levado a cabo na última Assembleia Municipal de explicação pormenorizada da situação financeira do Município de Coimbra em 2020 e 2021. Pois clarifica, de forma inequívoca, uma gestão financeira competente do Partido Socialista mesmo em tempos de prioridade máxima na atribuição de apoios às famílias e às empresas para conseguirem enfrentar as nefastas consequências da COVID-19.

Ao contrário do que o Somos Coimbra tentou criar enquanto narrativa, alertando para um suposto cenário de contas menos certas, é contrariada pelos principais indicadores económicos municipais: resultados líquidos positivos, cumprimento corrente com folgas orçamentais, sem problemas com o serviço da dívida e com níveis de execução altos dos orçamentos propostos.

É a prova de favorabilidade, robustez e confiança de uma boa gestão das contas públicas pelo Partido Socialista. Em anos de enormes volumes de investimento derivado da capacidade municipal na captação de fundos europeus – record, diga-se –, estes factos desmentem quem ambicionava produzir uma realidade alternativa. Tanto assim é que, após uma análise financeira que repõe a verdade sobre a gestão pública socialista, o único argumento a que o Juntos Somos Coimbra se tentou agarrar foi o de desvalorizar os saldos de gerência que mais não são, na prática, do que um sinal do esforço da Câmara Municipal em trazer fundos comunitários para Coimbra e de ter obras programadas pagas.

Até neste ponto verificamos incoerências: se o PS tem investimentos programados é porque o dinheiro encontra-se comprometido; se não há obras programadas, é porque não houve planeamento e ação. E desde o momento em que o atual mandato iniciou, a mesma estratégia divisionista permaneceu, principalmente em locais onde encontra eco como são exemplos as redes sociais. As eleições já terminaram, mas infelizmente a propaganda continua.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Agradecemos, no entanto, esta desmistificação e correção pela própria mão da maioria no executivo municipal, só podendo lamentar que numa primeira instância se tenha enveredado por um caminho de falta de clareza em detrimento de uma postura de apresentação de novas propostas para Coimbra. De facto, o ponto mais negativo destes meses de governação não se prende pelo facto de necessitarem de tempo para compreenderem a dinâmica municipal e prepararem os programas que pretendem levar a cabo. Prende-se, isso sim, pela incapacidade de apresentarem o tão aclamado caminho alternativo que levou o Juntos Somos Coimbra à liderança do Município. Mesmo que – saliente – faseadamente durante os quatro anos de mandato. Senhor Presidente, passar mais tempo a falar de passado do que de futuro tem este pequeno problema: as cidadãs e os cidadãos estão saturados de guerras de trincheira. Querem, isso sim, ver os seus problemas resolvidos e projetos modernos e renovados. E relembramos que muitas foram as promessas do Juntos Somos Coimbra ao longo dos quatro anos de oposição ao PS e na última campanha eleitoral.

É por isso, com grande decepção, que olhamos para estas Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentados. Não por avaliação negativa, muito longe disso: este orçamento, que hoje é valorizado, é da linha do Partido Socialista, faltando apenas as medidas que ambicionávamos incluir para 2022 – que, aliás, propomos algumas para a sua inclusão e, infelizmente, parece que serão recusadas por puro preconceito partidário. O caminho apresentado nas últimas eleições autárquicas era, aparentemente, de rutura total. Algo agora contrariado pelo Juntos Somos Coimbra.

Mas perguntamos: onde está agora a urgência na aplicação das 112 medidas que iriam salvar Coimbra? Compreendendo que não possam ser aplicadas todas neste primeiro ano, qual a planificação durante os próximos quatro anos para cada uma destas medidas? Quando é que o movimento que lidera vem a jogo recuperando as propostas que foram realizando ao longo dos anos de oposição para que sejam implementadas? Afinal, se eram boas propostas nos últimos anos de governação socialista, serão naturalmente neste mandato.

Do pouco que vimos até ao momento, temos receio que esteja a ser levantado a ponta de um véu onde estão escondidas as verdadeiras ambições desta nova maioria. Esperamos estar enganados, mas anos de uma lógica meramente economicista podem estar para chegar, com cortes de funções camarárias essenciais e aumentos de taxas municipais, existindo desde já pré-anúncios, que lemos como sinais perigosos, em sede de Assembleia Municipal por parte de Presidentes de Junta afetos ao Juntos Somos Coimbra.

Só isso pode justificar a tentativa de fabricação de factos alternativos sobre as contas do Município de Coimbra e, mais importante ainda, a falta de comparência do programa sufragado pelo movimento Juntos Somos Coimbra nas últimas eleições autárquicas nestas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022.”

O Senhor **Vereador Hernâni Caniço** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

“Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Senhoras e Senhores Vereadores, Trabalhadores e Trabalhadoras da autarquia de Coimbra, Comunicação Social, Cidadãos e Cidadãs, saúdo-vos a todas e a todos. Na minha intervenção neste órgão executivo em 20 de dezembro passado, referi que faria crítica com “educação, dignidade e frontalidade”, a par das convicções políticas que perfilho.

Assim, congratulo-me pela apresentação das GOP para 2022, na continuidade dos GOP do anterior mandato autárquico liderado pelo Partido Socialista, pois não representam nenhuma aposta estratégica diferente, muito menos qualquer rotura prometida com o que estava mal, quando até estava bem, apesar de as forças políticas hoje no poder terem votado contra as GOP e Orçamento em sessão camarária de 23 de novembro de 2020.

Enfim, contradições que os eleitores terão oportunidade de apreciar, tal como nós apreciamos, quando não encontramos nas GOP 2022 as 61 propostas do “Somos Coimbra”, apresentadas em 29 de outubro de 2020, que queriam ver integradas nas GOP e Orçamento para 2021 elaborado pelo Partido Socialista (cito).

Afinal, o que hoje é para fazer em 8 anos, o Senhor Presidente queria que fosse tudo feito num ano pelo Partido Socialista. E não será desconsideração pelo direito de voto dos eleitores quando o seu mandato é de 4 anos?



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Em prólogo, a “visão estratégica” que é apontada, qual “milagre das rosas”, ignora que as pessoas e os talentos que vêm fazer a sua formação em Coimbra são oriundos na sua maioria do interior da Região Centro e que terão tendência em boa parte em regressar à sua origem, sem que isso signifique desaproveitamento das suas qualidades num País que se procura descentralizado e menos desigual (pelo menos, para o Partido Socialista). E Coimbra travou a perda de população, passando a ter um saldo migratório positivo de +2.300 pessoas em 2019/2020, e o desemprego baixou 48% em Coimbra entre 2013 e 2021. A regionalização é o caminho.

Coimbra, para os arautos da desgraça é um marasmo, perdeu este mundo e o outro, não há obras nem pessoas, parece que quem cá está mais valia desistir (ou emigrar, como sugeria um seu líder), tal é o muro de lamentações. Mas segundo a Bloom Consulting, Coimbra é a 3.ª melhor cidade do País para viver.

Coimbra tem mais 2170 empresas não financeiras desde 2013, o volume de negócios das empresas de Coimbra registou um crescimento de 41% de 2013 a 2019, o IMI reduzido para a taxa mínima permitiu poupar 44M euros às famílias, empresas e instituições entre 2017 e 2019. São dados do INE, IEFP e Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Foram estes os 8 anos da governação socialista em Coimbra, prejudicados por uma crise económica internacional que V.ª Ex.ª parece não reconhecer.

Além disso, também não se pode ignorar que a situação económica em 2013, não era a mesma de hoje, em que mantendo-se a influência da Reserva Federal Americana e do Banco Central Europeu, entre outros, o sub-índice de estilo crescimento do MSCI World transaciona a 7,5X o valor contabilístico das empresas que o compõem, em contrapartida o sub-índice de estilo valor transaciona a apenas 2X, em dezembro passado (Fonte: Bloomberg).

Voltando às GOP 2022, o PSD, pela palavra do Senhor Vereador Carlos Lopes, em 25/11/2020, alertava para a necessidade de construir a via estruturante Santa Clara/São Martinho do Bispo e a ligação dos Casais à Cidreira.

Mas afinal onde está a dotação financeira em 2022 necessária para aquisição de terrenos e adaptação de projetos?

As GOP e Orçamento atuais, apesar da continuidade parcial referida, ignoram, por exemplo, a mais-valia do Programa Municipal para as Alterações Climáticas, ao atribuir-lhe uma verba residual, programa esse que além de votada a sua elaboração pelo executivo camarário em 09/12/2019 e aprovação em 27/08/2021, teve os votos favoráveis de todas as forças políticas (incluindo PSD), exceto a abstenção do Somos Coimbra. Além disso, foi referendado em Recomendação da Assembleia Municipal de 29/07/2021, através de proposta da Comissão de Proteção do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Também vai ficar adiado o Programa Municipal para combate às alterações climáticas, adiamento que não vai acontecer com as alterações climáticas, se nada for feito? É assim que a Câmara Municipal de Coimbra contribui para se candidatar a “capital verde europeia em sustentabilidade ambiental” (cito-o, Senhor Presidente)? E onde estão materializadas (com financiamento), as “medidas de proteção dos espaços verdes e a criação de corredores verdes” (volto a citá-lo)?

E, afinal, não vão ser aproveitados os progressos da COP26, quanto à responsabilidade municipal em várias medidas para a descarbonização, o que agrava as conclusões da COP26 que são insuficientes para travar a alterações climáticas, ao mudar “eliminação gradual” para “redução gradual” dos combustíveis fósseis, e à recusa de as nações ricas apoiarem financeiramente os mais pobres na crise climática.

Algumas palavras para o adiamento de 3 anos (será apenas adiamento?) da execução da obra já adjudicada para a transformação em alameda da designada Estrada da Beira (quicá injustamente confundida com a beira da estrada, tal é a sua degradação), que já tivemos oportunidade de valorizar (eu e o Senhor Presidente, ambos em funções diferentes) com o monumento de homenagem ao médico de família, tão falado e reconhecido.

Para além da garantia de não reclamação de indemnização pelo empreiteiro (que não vimos juridicamente expressa), a simultaneidade de obras (incluindo as do Metro Mondego) na zona da Solum não prejudicará mais os moradores e a circulação do que aquilo que hoje vemos, com filas contínuas de trânsito sem um ordenamento e recursos da autoridade facilitadores da circulação.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Ao contrário, vemos promessas de atuação dos condutores por estacionamento indevido (o que se saúda pelo cumprimento da lei e da mobilidade dos deficientes), mas que não ajuda a resolver os problemas de circulação na cidade para todos os condutores, principalmente em horário escolar, laboral e resolução dos seus problemas individuais e da família, nem melhora a qualidade de vida na zona urbana da Solum.

E vamos falar de saúde (sem esquecer a promoção da saúde, após a prestação dos cuidados curativos e da prevenção das doenças, a cargo das entidades nacionais, em que as GOP não se comprometem com ações concretas).

Como é possível desvalorizar o trabalho (que resultaria em ações concretas) do diagnóstico de situação de saúde no concelho expresso no Perfil Municipal de Saúde e a aplicação do Plano integrado na Estratégia Municipal 2021-2025, elaborados pela Universidade de Coimbra, nos termos da descentralização de competências para a autarquia?

Nem as populações de Brasfemes e Torres de Mondego lhe perdoarão a prolongada ausência de cuidados de saúde de proximidade, nem a população de Taveiro, que tem cuidados de saúde em antiga unidade decrépita, e espera e desespera pela Casa da Criança com as condições adequadas à prestação de cuidados de saúde.

E, já agora, Senhor Presidente, a propósito das preocupações e críticas que lhe dirigi, pela não suspensão do fogo de artifício na passagem de ano, não foi elegante, da sua parte, Senhor Presidente, da tua parte, meu colega (sem quebra de protocolo e com o devido respeito), com o mesmo grau académico e tendo eu grau profissional relevante – Chefe de Serviço, V.^a Ex.^a ter apelidado as minhas afirmações de “patéticas e ridículas”.

Tais epítetos, não são adequados entre pares, seja em debate em congresso em Medicina Baseada na Evidência, onde impera o respeito e a diversidade, como não deveriam ser proferidas num órgão autárquico, também entre pares. Não peço retratação, peço humildade e consideração, como tiveste, meu colega, quando me convidaste para a tua Comissão de Honra de Candidatura a Bastonário da Ordem dos Médicos, a que acedi com gosto.

Senhor Presidente, já o disse e repito, Lisboa, Porto e as grandes capitais europeias cancelaram o fogo de artifício tradicional que mobiliza as multidões (em Coimbra, nas margens e nas pontes do Mondego), pelas razões óbvias. Não é verdade que face à orografia de Coimbra, o fogo seja visível na maior parte da cidade, mas a população não compareceu, e houve desperdício financeiro. Isto aconteceu no dia em que houve o maior número de casos Covid em Portugal (à data), e a Região Centro apresentava 109% do nível de alerta de ocupação de camas Covid em unidades de cuidados intensivos.

Concluindo sobre as GOP, o Senhor Presidente disse (mais uma vez) “Não nos peçam para fazer em 3 meses o que o Partido Socialista não fez em 8 anos de mandato”. Senhor Presidente, muito do que está a fazer e irá inaugurar, foi construído pelo Partido Socialista nos mandatos anteriores. Estamos a apreciar as Grandes Opções do Plano e Orçamento, não estamos a dissecar medidas de política e taxas de execução para amanhã, nem a confundir planos com relatórios de atividades.

António Variações diria “É p'ra amanhã, Bem podias fazer hoje, Porque amanhã sei que voltas a adiar, E tu bem sabes como o tempo foge, Mas nada fazes para o agarrar”. Veremos. Tenho dito. Muito obrigado!”

O Senhor Vereador **Francisco Veiga** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

“Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Estimados Funcionários da Câmara Municipal de Coimbra,

Estimados Jornalistas, e

Estimados Múncipes que nos acompanham online,

A proposta de Grandes Opções do Plano para o ano 2022 é um documento previsionial e orientador que visa, de forma gradual e consolidada, sem ruturas drásticas, promover uma revolução tranquila e progressiva do município, tendo em vista construir um ciclo de prosperidade, saúde e bem-estar, reconstrução e revivificação sustentável do concelho de Coimbra. Queremos construir uma cidade virada energeticamente para as pessoas, devolvendo-lhes a esperança no presente e no futuro.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Com o país e o mundo a vivenciar uma pandemia com um impacto dramático na vida das pessoas, importa definir uma estratégia que permita uma retoma sustentada da economia, que por sua vez se traduza na melhoria do bem-estar e das condições de vida da população.

Em particular, no que respeita ao objetivo 06 Cidade da Saúde, o atual executivo considerou fundamental dispensar uma parte importante da fatia orçamental para promover a saúde e o bem-estar da população, garantindo verbas para apoios e medidas que ajudarão a população a sair desta espiral negativa que se gerou em torno da Covid-19. As pessoas sentem-se naturalmente debilitadas, deprimidas, sem horizonte nem futuro. Atentas as atuais circunstâncias, é um dever do município prestar apoio às famílias para se poderem reerguer destes últimos tempos tão difíceis e para projetarem novamente as suas vidas no caminho do sucesso e da prosperidade. Daí que o investimento na Saúde tenha para nós um interesse estratégico tão significativo nas opções do plano. Este documento assume, portanto, um compromisso relevante relativamente à Promoção da Saúde e do bem-estar, traduzido num reforço de 1 959 792 do valor das verbas, face aos 206 806 em 2021, pelo que o investimento global na saúde para o ano 2022 será de 2 166 598. Com efeito, a Saúde constituirá uma das nossas grandes prioridades para Ano 2022.

Outra preocupação deste executivo prende-se com o objetivo 03 006 Envelhecimento ativo e Saudável, daí um investimento de 182 067 para Atividades Mais Relevantes (AMR). Não podemos esquecer que Portugal é um país com a população cada vez mais envelhecida e que cabe a cada município proporcionar aos seus idosos uma melhor qualidade de vida, oferecendo soluções e medidas que promovam a sua dignidade e bem-estar.

Relativamente ao objetivo 01 009 Modernização administrativa, as grandes opções estratégicas para o futuro passam por melhorar, digitalizar e acelerar a organização camarária, tendo em vista a modernização e melhoria dos serviços. Desde a instalação do atual Executivo, começamos imediatamente a desencadear e a acelerar o processo de digitalização e desburocratização de procedimentos, potenciando não só uma otimização dos meios e dos recursos, mas também a implementação de uma dinâmica de trabalho assente na eficácia e na eficiência. Esta é uma área de desenvolvimento estratégico que afeta os serviços de forma transversal, pelo que, nesta área, queremos atingir uma melhoria articulada e integrada de todos os serviços, tendo em vista a necessidade de resposta a problemas que são estruturais e elementares para elevar o município de Coimbra ao patamar das cidades pioneiras, nas vertentes da inovação digital, sustentabilidade e desenvolvimento inteligente. Sendo esta uma área fundamental na estratégia de desenvolvimento da cidade, ela continuará a absorver uma parte importante da fatia do orçamento para 2022, sofrendo relativamente ao ano passado (cujo investimento foi de 4 183 926) um acréscimo na ordem dos 281.369, sendo o valor do investimento global para o ano 2022 de 4 465 295.

Passando ao Objetivo 02.003 “Dinamização e Promoção do Turismo”, importa salientar o seguinte:

O setor do turismo, considerado uma atividade económica fundamental para a geração de riqueza e emprego em Portugal, sofreu, à semelhança de outros destinos mundiais, em 2020 e 2021, como efeito da pandemia por Covid-19, uma quebra acentuada na procura, pelo que se torna fundamental e prioritária a preparação da retoma do setor. Continuando o país a viver tempos difíceis e cada vez mais desafiantes, é desejável e imperioso que o setor retome um caminho de crescimento, prevendo-se, no entanto, que os resultados de 2022 ainda não alcancem os números pré-pandemia.

O impacto da pandemia no setor do Turismo teve, naturalmente, reflexos negativos, pelo que o financiamento relativamente ao orçamento anterior se traduzirá este ano num valor muito próximo.

Eu gostaria de alertar que, pese embora no orçamento pareça que existe um corte de cerca de 314 mil euros, existe noutra coluna uma verba compensatória de 300 mil euros que pode ser mobilizada para a realização de Comemorações relevantes, designadamente para as Festas da Cidade e para as Comemorações do Fim de Ano, portanto o montante é praticamente o mesmo.

Posto isto, sendo objetivo do Município de Coimbra contribuir para um caminho de crescimento, pretende-se que, recorrendo à sua história, cultura, características e potencial únicos, Coimbra seja um polo sustentado de atração turística de primeira grandeza e de qualidade superior, quer a nível nacional quer a nível internacional.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Encontram-se, assim, delineados(as) várias propostas/objetivos dos quais se destacam os diversos investimentos de animação e promoção turística (as Festas da Cidade, o Fim de Ano, o Dia Mundial do Turismo, Encontros Mágicos, entre outros); elaboração de publicações de carácter turístico; apoios a iniciativas de instituições para a promoção dos espaços de Coimbra e, também, a participação, por quotas, em diversas associações e entidades da área do turismo.

De modo complementar e integrado com o município, em parceria com a CIM-RC, através do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, prevê-se a participação em projetos, que têm como principal objetivo a estruturação de produtos turísticos integrados de base intermunicipal e ainda a participação em feiras (Bolsa de Turismo de Lisboa e outras)

Em conclusão, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022 constitui-se como um documento de trabalho fundamental que permitirá à cidade de Coimbra reafirmar o seu potencial e valor, de uma forma estrutural, consolidada e integrada, tendo em vista uma retoma gradual dos setores fundamentais e estratégicos para o crescimento económico, social e cultural da cidade.”

O Senhor **Vereador Carlos Lopes** disse que não iriam acabar com o plano das alterações climáticas e que, nos próximos anos, iriam intensificar o trabalho que foi iniciado pelo anterior Executivo. Assim, explicou que as ações previstas neste plano estão distribuídas por projetos específicos, tais como o Coimbra Zero Resíduos ou o Road Map para a Economia Circular, estando a acautelar essas questões e que, a seu tempo, irão dar nota do trabalho que está a ser desenvolvido. Por outro lado, transmitiu ao Senhor Vereador Carlos Cidade que a candidatura às 100 cidades europeias neutras em carbono não exige, nesta fase, a inscrição em orçamento, considerando estar esclarecida a questão que colocou. Acrescentou que em nenhuma rubrica do formulário que estão a preparar - que será entregue até 31 de janeiro, com grande esforço das várias equipas e dos vários departamentos que estão a trabalhar no mesmo, desejando que todos possam ter orgulho nessa candidatura que já mesmo acontecer e que já está em fase adiantada de preparação - é necessário estar inscrito em orçamento. Disse, ainda, que a questão da preservação e do património genético da flora e da fauna autóctone é uma questão importante e que irão ter, também, um trabalho importante nessa área. Salientou que a prioridade neste ano e, também, nos próximos anos, passará muito pela requalificação dos espaços desportivos do Município que estão, em muitos casos, num estado de degradação elevado e que não dignifica o concelho de Coimbra, informando que irão canalizar as verbas possíveis para dar a esses espaços outra dignidade. Deu, ainda, conhecimento da existência de várias rubricas que poderão afetar durante o ano, sendo uma gestão financeira que os serviços terão de ir fazendo ao longo do ano, não considerando isso um problema, mas sim uma necessidade e que iriam estar presentes para tomar as melhores decisões, assumindo essa responsabilidade. Relativamente à área da juventude, referiu que o investimento, nos últimos quatro anos, foi pouco mais de zero, evidenciando a existência de apenas uma pessoa afeta à juventude, em todos os departamentos da Câmara Municipal, o que demonstra, por si só, o interesse e a relevância que o Partido Socialista tem dado à juventude. Acrescentou que, às vezes, o dinheiro não é tudo e que, com boas ideias, criando dinâmicas e envolvendo pessoas, conseguem fazer coisas interessantes e que podem ser feitas com pouco dinheiro, dando conta que têm a ideia de voltar a criar o cartão jovem municipal. Por outro lado, fazendo alusão à vontade política do Partido Social Democrata que o Senhor Vereador Hernâni Caniço mencionou na sua intervenção, o Senhor Vereador Carlos Lopes lembrou que, em relação à via estruturante Santa Clara/São Martinho do Bispo/Cidreira, há uma música que diz “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”, mas que a vontade permanece, desejando que esse projeto tenha um final feliz e que tudo farão para que isso aconteça. No entanto, salientou que há prioridades e *timings*/momentos políticos que não são, por vezes, aqueles que desejam, sendo apenas uma questão política e de priorizarem outras intervenções.

A Senhora **Vereadora Ana Vaz** iniciou a sua intervenção dando os parabéns ao Senhor Vereador Miguel Fonseca pela brilhante apresentação que fez. Por outro lado, referiu que considera bastante profícua e frutífera a contribuição que os diferentes partidos deram para a construção das Grandes Opções do Plano (GOP). Neste contexto, deu conhecimento que tiveram os contributos do Partido Socialista, do movimento Cidadãos por



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Coimbra (CPC) e depois da Assembleia Municipal, considerando, deste modo, interessante e democrático. Assim, referiu que, debatendo abertamente e demonstrando quais são as ideias de cada um, é um aspeto que faz todo o sentido. No entanto, salientou que no que diz respeito à criação de uma rede pública de creches, que o Partido Socialista preconizava, esta valência é desenvolvida pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e está sobre a competência da Segurança Social, sendo que o que a Câmara Municipal de Coimbra pode fazer é pressionar, lembrando que não é competência do Município. Em relação do Fundo Municipal de Emergência Social para a ação das Comissões Sociais de Freguesia, explicou que o valor mencionado foi analisado e que, segundo os relatórios dos últimos anos, o mesmo é suficiente, acrescentando que este valor pode ser aumentado caso haja necessidade. Quanto à criação de mais abrigos de emergência social para dar resposta a vítimas de violência doméstica, sem abrigo ou outras pessoas que se encontrem em necessidade urgente de habitação, esclareceu que esta resposta é dada por instituições que têm gabinetes de apoio para as vítimas de violência doméstica, mencionando que a Câmara Municipal não pode centrar nela própria todas as respostas sociais, uma vez que não tem recursos e nem espaço. Lembrou que, mesmo assim, a Câmara Municipal de Coimbra faz parte, juntamente com outros Municípios da Comunidade Intermunicipal, de um protocolo de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica. Realçou que esta é uma problemática que preocupa e perturba bastante o atual Executivo Municipal, mas que, de facto, o Município não tem recursos para dar todas as respostas sociais a todos os problemas, informando que esta resposta está a ser dada pelas instituições, em articulação com a Câmara Municipal. No que diz respeito ao Programa Municipal de Apoio aos Cuidadores Informais, informou que, a Divisão de Intervenção e Ação Social tinha um projeto para levar avante este programa. No entanto, explicou que, com a descentralização de competências da área social, irá passar para as autarquias tudo o que são os Serviços de Ação Social (SAS), o Rendimento Social de Inserção (RSI), sendo que a Segurança Social irá ficar com o serviço de apoio aos cuidadores informais, pese embora lhes pareça muito importante, acaba por ser uma duplicação do mesmo serviço e, talvez, uma não rentabilização dos custos. Lembrou que este assunto é algo que, ainda, está em aberto, referindo que a descentralização das competências na área social está a ser debatida, mas que é certo que a Segurança Social irá ficar com essa vertente, embora considere bastante importante o Programa Municipal de Apoio aos Cuidadores Informais, reiterando que seria uma repetição de funções.

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** mencionou que o Orçamento para 2022 tem, naturalmente, limites, dado que se não os tivesse poderiam incluir tudo aquilo que consideram ser fundamental para a cidade de Coimbra. Assim, referiu que, na verdade e neste primeiro ano, tiveram que fazer opções, opções estas que são aquelas que estão inseridas no Orçamento. Quanto aos pelouros que dirige, salientou que a prioridade foi, simplesmente, dar continuidade às obras que já tinham sido iniciadas ou que estavam comprometidas, não fazendo qualquer sentido parar obras para introduzir outras, como está a ser sugerido pelo Partido Socialista. Assim, afirmou que não houve nenhuma nova obra inserida, não só porque não houve tempo para as estudar e planear devidamente, mas, acima de tudo, porque o princípio, e bem, do seu ponto de vista, é dar continuidade àquelas que já estão, atualmente, em execução. Disse, ainda, que algumas das obras mencionadas pelos Senhores Vereadores, já tinham sido por si referidas múltiplas vezes e em várias reuniões da Câmara Municipal, tendo já dito que era importante pensar nelas, dando conta que nem os terrenos foram adquiridos. Deste modo, referiu que seria insensato parar obras, atualmente, em curso, para introduzir obras que nem foram devidamente planeadas, não havendo aquisição de terrenos, nem projetos, não fazendo qualquer sentido estar a fazer uma substituição deste tipo, referindo-se às duas obras que o Senhor Vereador Carlos Cidade mencionou, nomeadamente, a ligação Santa Clara/São Martinho do Bispo, nos seus diferentes trechos de ligação. No que respeita à suspensão da obra da Estrada da Beira, reafirmou que a mesma foi suspensa pela simples razão de não quererem a coincidência de obras naquela zona, sendo simplesmente esse o motivo, não havendo qualquer outro, considerando a obra relevante e que a mesma será executada em devido tempo, mas não em simultâneo com a obra do Metrobus e com a obra do Lote 5 dos Caminhos Pedonais que ligam Celas à Arregaça, afirmando que foi bem clara na última reunião da Câmara Municipal, asseverando que é essa a questão que está em cima da mesa. Por outro lado, afirmou que os Senhores Vereadores do Partido Socialista



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

estão a ser incoerentes na forma como apresentam a questão, uma vez que na anterior reunião da Câmara Municipal disseram que não era problema algum e que não viam porque é que a estrutura viária não aguentava as duas obras em simultâneo. No entanto, salientou que, na presente reunião, o Senhor Vereador Hernâni Caniço veio dizer o contrário e que aquela zona já estava, atualmente, congestionada. Assim, a Senhora Vereadora Ana Bastos, disse que concorda com o Senhor Vereador Hernâni Caniço, uma vez que já têm naquela zona problemas de fluidez, alertando que se tiverem obras na Avenida Fernando Namora, na Rua Humberto Delgado, na Rua dos Combatentes e também na Estrada da Beira, qualquer um entende que não seria, seguramente, uma boa forma de planificar obras, estando em causa a sua planificação e não a relevância da respetiva obra. Por outro lado, disse que muitas das ações que se prontificaram fazer e que, inclusivamente, consideram como prioritárias não carecem de orçamento neste plano para 2022, referindo que uma delas é a desmaterialização, na qual têm estado devidamente empenhados nestes últimos três meses, com resultados bem evidentes. Acrescentou que irão continuar a trabalhar na desmaterialização nos próximos tempos, particularmente no que respeita a área do urbanismo, tendo sido muito claros que, ainda, não foi possível fazer tudo aquilo que gostariam de fazer e que esperam conseguir nos próximos anos. Deste modo, referiu que não há necessidade de estar a prever muito ao nível do orçamento porque está em causa a utilização de softwares que já existem e que são necessários manter, estando prevista a sua atualização e a utilização de equipamentos que estavam “encostados” e que, simplesmente, irão procurar rentabilizar, alguns deles já avariados sem nunca terem sido usados, não sendo necessários milhões de euros, mas sim poucas centenas para os colocar a funcionar. Assim, disse que irão manter as obras que já estão em execução e que, no que respeita a ações, nem tudo tem de passar necessariamente para o orçamento da Câmara Municipal.

O Senhor **Vereador Miguel Fonseca** disse que, relativamente às questões que foram colocadas pela Senhora Vereadora Carina Gomes referentes à redução dos apoios ao associativismo cultural em 60.000 euros, pelo que foi informado pelo Departamento Financeiro, trata-se unicamente de uma instituição e que depois poderá confirmar em concreto e que ao longo do ano, caso exista necessidade de reforço, estarão disponíveis para tal. Por outro lado, manifestou alguma perplexidade com a parte final da intervenção do Senhor Vereador José Dias, relativamente a eventuais cortes nas funções camarárias, solicitando que este esclarecesse onde é que consegue perceber, nesta proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP), esse eventual corte de funções camarárias.

O Senhor **Vereador José Dias** respondeu que não se estava a referir a este documento em concreto que agora está em discussão, mas sim à última reunião da Assembleia Municipal onde o Presidente da União de Freguesias de Souselas e Botão referiu que estaria disponível para cortar linhas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) se fosse preciso para responder à ambição do Município. Disse, ainda que, da mesma maneira, o Presidente da União de Freguesias de Coimbra também referiu exatamente o mesmo de poder haver um esforço no aumento, por exemplo, de um imposto para que possa haver maior liquidez da parte do Município de Coimbra. Assim, esclareceu que se estava a referir ao que se passou na Assembleia Municipal e não a este documento em concreto.

O Senhor **Presidente** salientou que o que conta é o que está no Orçamento.

O Senhor **Vereador Carlos Cidade** lembrou uma declaração que a Senhora Vereadora Ana Bastos proferiu perante o anterior Presidente da Câmara Municipal e que era “com vontade tudo se faz”.

A Senhora **Vereadora Carina Gomes** disse que gostaria de conhecer melhor o esclarecimento feito pelo Senhor Vereador Miguel Fonseca, uma vez que estranha a resposta, dado que o mesmo diz que se trata de uma associação para 2022, tendo, no entanto, sido aprovados os avisos de candidatura aos apoios na última reunião da Câmara Municipal. Assim, a Senhora Vereadora Carina Gomes referiu que, ainda, nem as candidaturas abriram, logo os apoios não estão atribuídos, devendo ser esclarecida esta situação porque, ainda, não pode



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

haver montantes atribuídos para 2022, a não ser que se voltasse ao que acontecia antes de 2013, quando os montantes estavam pré-definidos antes das entidades apresentarem candidaturas, não acreditando que o Senhor Presidente permita que tal coisa volte a acontecer na Câmara Municipal.

O Senhor **Presidente** disse que a Senhora Vereadora Carina Gomes fazia bem em não acreditar em tal coisa, uma vez que um Orçamento se baseia em previsões e que é por isso que as alterações orçamentais são frequentes, com a transferência de verbas entre itens, sendo que tudo isso será analisado em devido tempo e em função do concurso. Informou que, por exemplo, já se comprometeram publicamente com o reforço do apoio aos “Caminhos do Cinema Português”, que bem merece, querendo tornar Coimbra numa cidade central na área cinematográfica a nível nacional e, até, internacional, dado que o cinema português tem qualidade e que Coimbra tem a oportunidade de ser uma referência no cinema português, com o único festival totalmente dedicado ao cinema realizado em Portugal e que merece o reforço do apoio. Por outro lado, o Senhor Presidente agradeceu todas as intervenções dos Senhores Vereadores e referiu que, naturalmente, não poderia deixar de fazer alguns comentários finais, antes de passarem à votação. Assim, mencionou que ouviu falar do desporto escolar, mas que não poderia deixar de recordar que durante oito anos não foi elaborada uma carta desportiva do concelho. Agradeceu, ainda, a “fantástica e extensa” lista de obras não realizadas pelo Executivo anterior do Partido Socialista nos últimos oito anos, questionando porque é que não as realizaram, uma vez que as consideram prioritárias. Deste modo, destacou que, ao fim de oito anos assistem a uma extensa lista de obras prioritárias, de acordo com as considerações do Partido Socialista, mas que nesses oito anos não foram realizadas e que, pelos vistos, só agora é que se tornaram prioritárias. Por outro lado, evidenciou que os comentários sobre o sistemático voto contra do movimento Somos Coimbra o levam a concluir que os Senhores Vereadores do Partido Socialista, até pelas considerações que foram efetuadas, não iriam votar contra este Orçamento, depois das críticas aos anteriores “votos contra”. No entanto, explicou que existe uma diferença substantiva, relativamente ao sentido de voto do movimento Somos Coimbra, uma vez que quando tomaram posse o Partido Socialista já tinha 16 anos de presidência da Câmara Municipal e que os votos do Somos Coimbra foram fundamentados, essencialmente, em questões estratégicas e não em questões orçamentais, à exceção de algumas, como a Capital Europeia da Cultura 2027. Assim, lembrou que o Partido Socialista já tinha 16 de presidência da Câmara Municipal de Coimbra e que todos já sabiam qual era a estratégia e por onde Coimbra iria ser conduzida, tendo o povo de Coimbra, lhes dado, maioritariamente, razão nas últimas eleições autárquicas. Deste modo, afirmou que, agora, é completamente diferente e que irão cumprir o seu programa tal como o apresentaram às eleições, programa este para oito anos, considerando curioso que, agora, queiram que introduzam todo o programa no primeiro orçamento municipal do primeiro ano de mandato, o que é impossível. Referiu que, evidentemente, se candidataram para um mandato de quatro anos, mas que apresentaram um programa para oito anos e que o povo de Coimbra dirá se irão estar à frente do Executivo Municipal durante oito anos para o aplicar ou não, considerando que a voz será dada ao povo de Coimbra dentro de quatro anos. Afirmou que é curioso, também, que os Senhores Vereadores do Partido Socialista querem avaliar e chumbar, em termos de qualificação, o trabalho do atual Executivo Municipal antes dele começar referindo que este trabalho irá ter o seu início a partir da aprovação do Orçamento para 2022 e que têm quatro anos para mostrar o que valem e se merecem, ou não, a confiança de oito anos de governação para aplicarem o programa apresentado. Por outro lado, mencionou que dizem que não têm compromisso com 2027, o que é falso, uma vez que já falaram sobre esse assunto, questionando quantas vezes têm de repetir a mesma coisa, salientando que o orçamento para a Candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027 precisa de ser reforçado, projeto este que considera transformador para o concelho de Coimbra. Acrescentou que herdaram um orçamento altamente condicionado e onde estão “amputados”, à partida, de seis milhões de euros, entre outras questões como os compromissos que irão cumprir e que herdaram, com três milhões de euros pela má negociação da descentralização de competências na área da educação, sendo totalmente da responsabilidade socialista, e três milhões de euros, que ninguém é responsável, por causa da pandemia por Covid-19. Deste modo, salientou que este orçamento tem uma série de condicionantes, que já referiu, e que os impedem de inscrever aquilo que a Capital Europeia da Cultura merece e necessita, porque se querem, de facto,



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

que a candidatura tenha êxito, têm agora a duplicação do orçamento para a elaboração do segundo *bid book* e, obviamente, ninguém pode ter dúvida nenhuma que, se Coimbra for a cidade escolhida, como estão a contar e estão a trabalhar intensamente para isso com o grupo de trabalho cujo contrato foi renovado, obviamente terão de reforçar o orçamento da Candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027. Disse, ainda, que a grande diferença não é nestes números, porque um orçamento tem uma série de condicionamentos e que não será preciso repetir isso cem vezes, afirmando que a diferença é a estratégia e que todas as pessoas estão a perceberem que é substantivamente diferente, cabendo ao povo de Coimbra dizer se a estratégia do atual Executivo Municipal é melhor ou pior, respondendo a essa questão dentro de quatro anos. Neste contexto, afirmou que a grande diferença está em desenhar um caminho de desenvolvimento sustentável, de crescimento, de atração de pessoas e de talentos, de aceleração da Câmara Municipal e de tudo têm repetido até à exaustão e que debateram na Assembleia Municipal e que está na introdução ao Orçamento para 2022, sendo desnecessário estar a repetir. Contudo, disse que, no seu papel de oposição, os Senhores Vereadores do Partido Socialista mencionaram os itens ou alíneas cujo orçamento diminuiu, mas que o obriga a salientar as alíneas onde o orçamento aumentou. Assim, explicou que um orçamento tem um montante máximo possível e que, estando numa fase de transição de fundos, não podem apresentar os projetos da nova maioria municipal a nenhum financiamento, tendo sido apanhados com o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) sem terem projetos de grande dimensão em desenvolvimento, na Câmara Municipal de Coimbra, para além daquilo que são obras de manutenção, obras estas que não são as suficientes para Coimbra, tendo tido, perante o orçamento que herdaram, de fazer opções. Evidenciou, ainda, as alíneas do orçamento que aumentaram, tais como as infraestruturas sanitárias e higiene pública, cuja dotação aumentou em 15%, a verba para o Parque Verde do Mondego, cuja dotação aumentou em 421%, a inovação e modernização administrativa, que aumentou em 6,72%, as acessibilidades e vias estruturantes, cujo orçamento aumentou em 897%, as acessibilidades em vias complementares, cujo orçamento aumentou 241% ou, ainda, o ordenamento de tráfego e circulação, cujo orçamento aumentou em 79%. Destacou, ainda, que para as infraestruturas aeroportuárias, o orçamento aumentou em 168%, uma vez que querem ter um aeródromo que não envergonhe Coimbra, dando como exemplo Ponte de Sor que tem atraído investimentos de dezenas de milhões de euros por ter um bom aeródromo, ao contrário de Coimbra, embora tenha potencial para ter, sendo preciso começar a trabalhar nesse sentido. Referiu que Viseu tem um excelente aeródromo e que, por isso, recebeu o Comando Regional da Proteção Civil em detrimento de Coimbra, lembrando que o Partido Socialista prometeu um aeroporto em Coimbra, mas que desprezou o Aeródromo Bissaya Barreto. Por outro lado, destacou que na descentralização e apoio às Uniões e Juntas de Freguesia, existe um aumento de 6%, enquanto que na função social do transporte público há um aumento de 8,97%. Do mesmo modo, destacou que na valorização do património histórico e cultural há um aumento de 482%, na promoção dos produtos culturais de Coimbra há um aumento de 18%, na difusão do livro e da leitura há um aumento de 176%, na igualdade de oportunidades para a educação há um aumento de 23%, no ensino básico e secundário há um aumento de 88%, aumento este que tem a ver com a descentralização, no fomento e formação desportiva há um aumento de 29% e na Coimbra cidade promotora da saúde há um aumento de 947%. Por outro lado, o Senhor Presidente destacou o facto de não terem um orçamento de 250 milhões de euros, e que, por isso, não podem aumentar todas as alíneas, referindo que umas aumentam e outras diminuem em função da estratégia que foi definida pela equipa que, temporariamente, está a gerir os destinos da Câmara Municipal, sempre com a flexibilidade de fazer variar verbas entre alíneas, sempre que isso for necessário. Por isso, o Senhor Presidente disse que este caminho apresenta um caminho alternativo ao passado, com algumas propostas distintivas, dando conhecimento que o Partido Socialista enviou propostas para este orçamento depois de o mesmo ter sido enviado para todos os Senhores Vereadores, após o seu agendamento para reunião da Câmara Municipal, recordando que, na última reunião da Assembleia Municipal, o Partido Socialista disse que não ia apresentar propostas, durante a intervenção do atual Presidente da Concelhia do Partido Socialista de Coimbra. O Senhor Presidente disse que não querem fazer roturas com o passado, mas sim evoluir construtivamente, alicerçando o programa do atual Executivo Municipal em cima do passado, destacando que não irão fazer roturas “à moda” do Partido Socialista de 2013, que rompeu com todos os projetos que estavam em curso, dando como exemplo o Centro Cívico do Ingote, prejudicando as



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

peças e o concelho. Por outro lado, disse que é curioso ouvir falar que Brasfemes não perdoará a falta de cuidados de saúde, mas lembrou que Brasfemes perdeu a Extensão do Centro de Saúde e a farmácia no primeiro mandato socialista nesta Câmara Municipal e com uma Junta de Freguesia socialista, lembrando que deveria haver memória de quem foi corresponsável por esses encerramentos. Quanto à questão acerca do facto de Lisboa e outras cidades terem suspenso o fogo de artifício na passagem de ano, respondeu que Coimbra pensa pela sua própria cabeça e que não são uma cidade da província que copia o que faz Lisboa. Assim, afirmou que, para além de pensarem pela própria cabeça, fundamentam, argumentam e tomam as próprias decisões, estando disponível para as discutir cientificamente e não em função daquilo que Lisboa fez ou deixou de fazer. No que diz respeito ao estatuto da oposição, o Senhor Presidente disse que cumpriram com o mesmo e com todas as forças representadas nos Órgãos Deliberativos, na medida em que as ouviram atempadamente e antes da eventual aprovação do documento atualmente em análise, tendo-o feito na Assembleia Municipal e de uma forma amplamente participada, como nunca aconteceu. Deste modo, assinalou que seria uma redundância voltar a ouvir as mesmas pessoas em reuniões privadas sucessivas, não tendo nenhum problema em o fazer no próximo ano, se eventualmente isso for considerado como relevante, reiterando que continuarão a promover um amplo debate aberto e público, relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (GOP) na Assembleia Municipal, uma vez que considera que é a forma de dar maior dignidade a esse Órgão e a todos os deputados municipais. Respondeu, ainda, ao Senhor Vereador Francisco Queirós, que todas as propostas que o mesmo elencou estavam em curso, não conseguindo apontar uma que se diga que não está prevista no orçamento, lembrando que “Roma e Pavia não se fizeram num dia”, evidenciando, ainda, que não ouviu nada na intervenção do Senhor Vereador Francisco Queirós que discordasse, considerando, por isso, que têm trabalhado em equipa. Reiterou a não privatização dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC), bem como a não privatização do Convento São Francisco (CSF), chamando a atenção para um progresso revolucionário que ilustra bem a forma de estar do atual Executivo Municipal na cultura, que foi a alteração do Regulamento Municipal da Cultura de Coimbra. Por outro lado, o Senhor Presidente disse que já estava longo nestes considerandos, mas que não podiam as justas análises dos Senhores Vereadores deixar de ter a consideração e a importância de uma resposta e dos seus comentários, terminando, assim, o debate sobre o Orçamento para 2022 e as Grandes Opções do Plano (GOP).

Neste contexto, e tendo por base a informação n.º 1466, de 10/01/2022, da Divisão de Planeamento e Controlo, na qual foram exarados os pareceres do Chefe da referida Divisão e do Diretor do Departamento Financeiro, bem como os despachos do Senhor Vereador Miguel Fonseca e do Senhor Presidente, todos dessa mesma data, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 169/2022 (17/01/2022):

- **Aprovar o “Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022” da Câmara Municipal de Coimbra em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º - Competências materiais, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, no âmbito das competências materiais da Câmara Municipal, em conformidade com as disposições constantes no SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, no total de 167.756.283 € na Receita e na Despesa, e as GOP 108.132.889 €. Deliberou, ainda, enviar à Assembleia Municipal, para análise e votação, no uso da competência prevista na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º - “Competências de apreciação e fiscalização”, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- **Aprovar a Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniões e Juntas de Freguesia, e enviar à Assembleia Municipal em conformidade com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º - “Competências de apreciação e fiscalização”, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**
- **Aprovar a Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) e enviar à Assembleia Municipal em conformidade com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, (alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;**
- **Aprovar o Regulamento Interno de Fundos de Maneio em conformidade com o ponto 2.9.10.1.11. do POCAL.**

O referido documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Francisco Veiga, Ana Bastos, Carlos Lopes, Ana Cortez Vaz e Miguel Fonseca. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Carlos Cidade, Carina Gomes, José Dias, Hernâni Caniço e Francisco Queirós.

O Senhor Vereador Francisco Queirós apresentou a declaração de voto, consubstanciada na sua intervenção, acima transcrita.

Os Senhores Vereadores Carlos Cidade, Carina Gomes, José Dias e Hernâni Caniço apresentaram a declaração de voto consubstanciada na intervenção do Senhor Vereador Carlos Cidade, acima transcrita.

I.2. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA

a) Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMTUC para 2022

Em cumprimento da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que determina o novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI) e da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que determina o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, apresentam-se as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) para o ano de 2022. Os documentos previsionais para 2022 são constituídos pelas Grandes Opções do Plano que incluem o Plano Plurianual de Investimentos, o Orçamento para 2022 e os restantes documentos anexos.

O Senhor Vereador Carlos Cidade disse que não gostaria de ser ele a fazer esta intervenção, que naturalmente seria a da Senhora Vereadora Regina Bento. E passou a ler as palavras que esta proferiria, se pudesse estar presente, e que em nada diferem do debate e das questões suscitadas na última reunião da Câmara Municipal: *“Relativamente à proposta de GOP e Orçamento dos SMTUC, o PS regozija-se com a manutenção do tarifário como componente social do transporte, o qual até diminuiu em 2019 por via do programa governamental PART.*

Vemos também como muito positiva a manutenção do passe escolar gratuito para todos os estudantes do ensino público obrigatório, desde o jardim de infância até ao 12.º ano, assim como o investimento previsto para a renovação da frota e para a melhoria das instalações.

Não podemos, contudo, deixar de criticar que, nesta primeira oportunidade, a Coligação vencedora das últimas eleições autárquicas não preconize nenhuma medida concreta para resolver a situação dos motoristas dos SMTUC, que tanto motivou os votos contra nos últimos 4 anos do SOMOS Coimbra às propostas de GOP e Orçamento dos SMTUC apresentadas pelo PS!

Relembramos que, na declaração de voto apresentada pelos então vereadores dos SOMOS Coimbra, José Manuel Silva e Ana Bastos, à proposta de GOP e Orçamento para 2019 dos SMTUC consta a seguinte medida: “passar os motoristas dos SMTUC de assistentes operacionais a assistentes técnicos (...) (vide pág. 26 da ata



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

n.º 28 da reunião extraordinária da CMC de 30/10/2018). Nas declarações de voto dos mesmos vereadores relativamente às propostas de GOP e Orçamento para 2020 e 2021 consta a seguinte proposta: “motivação dos motoristas dos SMTUC através de uma remuneração/gratificação justa” (vide pág. 20 da ata n.º 52 da reunião extraordinária da CMC de 29/10/2019 e pág. 25 da ata n.º 78 da reunião extraordinária da CMC de 26/11/2020).

Não vislumbramos a concretização dessas medidas na proposta agora apresentada pela Coligação que governa Coimbra. Encontramos até medidas em sentido completamente contrário. Na verdade, nas despesas com pessoal, a rubrica “prémios de desempenho” decresce para 1.900€, quando no orçamento de 2021 a dotação era de 10.000€. Em sentido inverso, a rubrica “pessoal em regime de tarefa e avença” aparece dotada com 37.000€, quando no orçamento de 2021 estava apenas aberta com 10€. Parece daqui decorrer uma estratégia em marcha, com a qual não podemos de modo algum concordar, para recorrer a prestadores de serviços externos aos SMTUC, pois trata-se de autocarros e não de “carros de corrida” ao invés de se valorizar os trabalhadores do mapa de pessoal.

Também não podemos concordar que não esteja previsto o alargamento das carreiras dos SMTUC à zona noroeste da cidade, quando esta tem sido fortemente penalizada ao longo de décadas pela falta de transportes de qualidade e do usufruto do tarifário social dos SMTUC, representando uma discriminação negativa dos municípios residentes nestas Freguesias. Aliás, sobre este assunto, paira um silêncio ensurdecedor nos documentos apresentados, ignorando-se a necessidade de alargamento da rede municipal de transportes operada pelos SMTUC à União de Freguesias de São Martinho de Árvore e Lamasosa, às Freguesias de São João de Campo e São Silvestre e às localidades da União de Freguesias de Antuzede e Vil de Matos, ainda não servidas pelos SMTUC. Desta forma, concluir-se-ia o processo de alargamento da rede dos SMTUC a todo o concelho de Coimbra, iniciado no final de 2019 com o alargamento à zona Sul e continuado em 2021 com o alargamento à zona Norte, eliminando-se as assimetrias e discriminação territorial. Esta é uma das medidas preconizadas na Estratégia Municipal de Saúde, como forma de diminuir as desigualdades evitáveis e promover a equidade em saúde da população.

Mas, tal como fizemos quanto à proposta de GOP e Orçamento da Câmara Municipal, os vereadores do PS abstermo-nos na votação da proposta de GOP e Orçamento para 2022 dos SMTUC, diferenciando-se da postura irresponsável e inconsequente assumida nos últimos quatro anos pelo designado movimento “Somos Coimbra” hoje identificados com o Partido “Nós Cidadãos” que lidera o PSD e o CDS em Coimbra”.

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** disse que os SMTUC prestam um serviço inestimável à população do concelho de Coimbra, um serviço incalculável ao desenvolvimento do concelho. Disse que chegam aos hospitais, ao teatro, aos cinemas, ao trabalho, à escola, convivem e vivem graças a esta riqueza grande que são os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra. E, portanto, a aposta deste Executivo é certamente que os SMTUC vivam por muitas e longas décadas, naturalmente em outras condições, modernizados, com serviços de grande fiabilidade, com meios cada vez mais amigos do ambiente, um serviço que possa agradar a todos. Considera que quem lá trabalha deve ser, naturalmente, valorizado, assim haja condições legais para tal. A aposta na modernização e reforço da frota, com contratação de pessoal (especialmente para a manutenção e circulação) é fundamental, ela faz parte do desenvolvimento do concelho e, felizmente para Coimbra, é um dos raros municípios que tem esta riqueza. Pena é que o Estado Central nunca o tenha reconhecido nem apoiado devidamente, pelo que essa continua a ser uma luta da Câmara Municipal de Coimbra.

Afirmou que o seu voto relativamente às GOP e Orçamento dos SMTUC é, por isto, de grande confiança de que este caminho de modernização e de reforço dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra prossiga.

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** disse que gostaria de ter tido a oportunidade de apresentar o documento antes de receber as críticas. Apresentou um cumprimento muito especial e um agradecimento, em seu nome pessoal e em nome do Conselho de Administração, aos Serviços, que consigo colaboraram de forma muito



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

empenhada e esforçada na elaboração destas GOP e do Orçamento, sobretudo quando todos reconhecem que há uma clara falta de recursos humanos e técnicos nos SMTUC. De seguida, fez a apresentação do documento em análise da forma que se segue:

“Segundo o relatório World Urbanization Prospects, da Organização das Nações Unidas (ONU), até 2050, mais de 70% da população viverá em áreas urbanas. Essa constatação, aliada à preocupação com as alterações climáticas deverá obrigar-nos a rever a forma como construímos a cidade, como nos movemos, como produzimos energia e como gerimos os resíduos e as matérias-primas. Importa ter consciência que de carro não cabemos todos, sendo que ao longo do tempo, o centro da cidade tem vindo a ser progressivamente invadido pela presença do veículo automóvel, o qual domina, física e visualmente o espaço urbano.

A questão da mobilidade urbana surge como um novo desafio central às políticas ambientais e urbanas, particularmente quando constatamos de cerca de ¼ das emissões com efeito de estufa derivam do setor dos transportes, setor que absorve cerca de 1/3 da energia primária consumida.

Só há uma forma de controlar estes indicadores ambientais: promover o uso massivo do transporte público complementado por outros modos ditos de ambientalmente sustentáveis, ao mesmo tempo que se adotam medidas dissuasoras ao uso do veículo individual.

Este é o caminho defendido pelas políticas europeias e o seguido pelos países mais evoluídos, designadamente os do norte da Europa. Este é o caminho a ser seguido por Portugal, competindo a cada autarquia adaptar-se atempadamente para responder às metas ambientais impostas pela UE. Não há dúvidas: Os SMTUC têm de ser reforçados para poderem apoiar o desenvolvimento do Concelho de Coimbra. Coimbra, enquanto cidade de média dimensão, tem necessariamente de oferecer uma boa rede de transportes públicos numa lógica de sustentabilidade ambiental, de descarbonização e de apoio social constituindo-se como um pilar central para a dinamização socioeconómica do território.

Depois de uma fase de decadência acentuada, que em grande parte se deve à pandemia originada pela COVID 19, mas que foi ainda agravada por um conjunto de decisões de gestão erradas, os SMTUC continuaram a registar uma perda massiva de passageiros, perspetivando-se que os SMTUC fechem o ano com um deficit próximo dos 2 milhões de euros. Importa definir uma estratégia que permita recuperar e fidelizar utilizadores, com particular ênfase, os jovens.

Sendo o orçamento dos SMTUC parco e comprometido, preparar e apetrechar os SMTUC para servirem bem todas as populações, é um desafio que requererá a participação ativa de todos, incluindo cidadãos, instituições da sociedade civil, estabelecimentos de ensino, empresas, meios de comunicação social e Câmara Municipal de Coimbra.

*Durante o próximo ano, os SMTUC irão iniciar um novo caminho, marcado por ações pontuais, embora integradas numa visão estratégica global: SMTUC, um pilar de **DESENVOLVIMENTO, SUSTENTÁVEL, PARA COIMBRA**.*

O orçamento e as Grandes Opções do Plano dos SMTUC para 2022 estão alicerçados transversalmente, em 5 linhas estratégicas:

– **MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO DOS SERVIÇOS:** Forte aposta nas novas tecnologias e nos canais de informação diretos com os utilizadores. Renovação da frota e na criação da marca “SMTUC”;

– **REESTRUTURAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA REDE:** Redesenho da rede dos SMTUC, em articulação com os serviços intermunicipais e futuro Metrobus;

- **PLANO DE INVESTIMENTOS:** Definição de prioridades de investimento, sempre que possível suportados financeiramente em candidaturas a fundos comunitários ou de programas nacionais;

– **RIGOR NA EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA:** Implementação de procedimentos para revisão continua da despesa pública através da implementação de políticas de gestão eficientes;

– **MELHORIA NA GESTÃO DOS RECURSOS EXISTENTES:** Implementação de procedimentos de gestão e de controlo mais eficientes e exigentes, numa articulação entre os diversos serviços envolvidos.

Estamos empenhados em criar uma marca SMTUC e em responder às necessidades de mobilidade física e social dos munícipes de Coimbra, dentro dos limites impostos pela racionalização dos recursos humanos, materiais e de frota. Estamos empenhados em oferecer um serviço de qualidade, seguro, fiável, moderno e



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

eco eficiente, que responda às necessidades e expectativas dos utilizadores, e que contribua como um agente dissuasor à utilização do transporte individual.

O orçamento para 2022 ascende a cerca de 26,6 milhões de euros, +2,8 milhões comparativamente ao de 2021, onde prevalecem as receitas e despesas correntes, as quais representam 86 e 77%, das receitas e despesas globais, respetivamente.

*Apesar das grandes dificuldades económicas que enfrentam os SMTUC, a opção estratégica assenta na manutenção do **tarifário** em todos os títulos e modalidades de pagamento, comparativamente a 2021, reforçando a política de promoção do uso dos transportes públicos em detrimento do veículo individual. Será ainda mantido o transporte escolar gratuito a todos os alunos da rede pública, até ao 12º ano de escolaridade, num investimento superior a € 4 milhões. No estrito cumprimento da lei, está a ser concedido o acesso ao Passe de Antigo Combatente.*

Em termos de investimentos aposta-se em 4 áreas principais de investimento, com um Plano Plurianual de Investimento que ascende a cerca de € 10 milhões. A reorganização e melhoria do funcionamento das oficinas; a renovação da frota; as novas tecnologias e a melhoria das instalações. Todas estas ações iniciam-se em 2022, mas terão tempos diferentes para a sua finalização.

*O **sistema oficial** será reforçado, através do alargamento das equipas internas e externas especializadas, e através da celebração de contratos de manutenção das viaturas.*

*A **renovação da frota** afigura-se como um dos objetivos estratégicos centrais à ação deste executivo. Prevê-se a entrada ao serviço, a curto prazo de 5 viaturas elétricas, adquiridas ao abrigo do programa POSEUR II (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência para o Uso dos Recursos) e que justificam um investimento de € 2,3 milhões. Na mesma linha de atuação, foi recentemente submetida uma candidatura à 3ª chamada do POSEUR, para aquisição de 10 autocarros e 12 miniautocarros movidos a energia limpa, num investimento global no valor de cerca de € 8,5 milhões. Com esta nova aquisição pretende-se substituir as viaturas antigas (euro II, III e IV, anteriores a 1997, 2000 e 2005) e que assumem impactes negativos em termos de emissões ambientais e consumo de combustível.*

Entraram recentemente ao serviço 8 viaturas usadas, cujo pagamento será efetivado em 2022, no valor de € 428 mil. Mesmo assim, a frota é insuficiente para dar resposta ao serviço oferecido, pelo que o orçamento para 2022 prevê a dotação de mais quase € 800 mil para novas aquisições.

Em termos tecnológicos, será o ano da entrada ao serviço um conjunto de plataformas e serviços à distância.

*O **Sistema de Informação em Tempo Real** será alargado a outras paragens, o que irá obrigar à aquisição de novos painéis informativos no valor de € 205,8 mil. A breve trecho, será oferecida a plataforma internacional **Movit**, o que permitirá aos utilizadores acederem à distância aos horários, em tempo real, assim como planear as viagens. Ainda em 2022, prevê-se a disponibilização de um QR code nas paragens, para facilitar, de forma desmaterializada, o acesso aos horários em tempo real. Também o sistema de alertas através dos smartphones, deverá entrar ao serviço, permitindo, por exemplo, informar os clientes inscritos no sistema, da supressão, incidentes ou irregularidades nas carreiras.*

Esperamos ainda dar passos decisivos para a reformulação quer do sítio oficial dos SMTUC quer da página do Facebook com vista a torná-los mais apelativos e funcionais.

*O **sistema de bilhética integrada e multimodal** (€ 1,22 milhões), integrado no PEDU encontra-se em fase final de desenvolvimento e de instalação. Este sistema permitirá aos SMTUC integrar, no mesmo sistema, outros modos e operadores de transportes que venham a operar na rede municipal e aderir ao passe único, para circular dentro de todo o concelho. Este sistema irá ainda permitir a todos os utilizadores, entre outras ações, carregar títulos nas máquinas ATM, ou a utilização de cartões bancários como suporte aos títulos. Está já em fase inicial de desenvolvimento, uma nova aplicação para permitir o pagamento dos títulos de transporte a bordo, por recurso a cartões bancários, de forma a facilitar o pagamento e assim incentivar o uso dos transportes por parte de utilizadores não habituais, visitantes e turistas.*

*No **setor do estacionamento** e após um período de sensibilização e de informação junto dos automobilistas, inicia-se agora a intensificação da fiscalização do estacionamento tarifado, enquanto medida dissuasora à transgressão e ao controlo da procura. Esta medida para além de fomentar a rotatividade do estacionamento*



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

e a credibilidade do sistema, contribuirá aumentar a fonte de receitas dos SMTUC, enquanto entidade responsável pela exploração do sistema.

Em 2022, prevê-se ainda iniciar um conjunto de intervenções nas instalações dos SMTUC, no valor de € 705 mil. Prevê-se investir cerca de € 300 mil na reformulação da estação de serviço e reabilitar o sistema de recolha e no encaminhamento das águas residuais, de forma a respeitar as exigências ambientais.

*No campo das receitas e para além das receitas de bilheteira e do sistema de estacionamento, os SMTUC contam com o **Subsídio à Exploração**, por parte da Câmara Municipal de Coimbra, e que em 2022, sofre um ligeiro incremento, ascendendo a cerca de € 6,8 milhões. Este valor deverá ser revisto durante o ano de 2022, mediante o cálculo exato do custo social real dos transportes, resultante do alargamento do serviço iniciado em 2019. As receitas são complementadas por verbas oriundas dos programas governamentais, onde se destaca o **PART** (Programa de Apoio à Redução Tarifária) e o **ProTransp** (Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público) do Fundo Ambiental, que no global ascendem a cerca de € 2,6 milhões.*

Depois de eliminada a linha Roxa, esperamos ainda dar passos decisivos na reformulação do sistema ECOVIA, adaptando-o a um verdadeiro sistema de ParkRide, conjugado com ações de divulgação coordenadas com a UC, HUC e IPO que permitam conferir sustentabilidade económica ao sistema.

Toda esta realização só é possível com o envolvimento e valorização dos recursos humanos, cuja dotação representa 57% da despesa corrente dos SMTUC. Em 2022, prevê-se um ligeiro alargamento do mapa de pessoal (+25 novos postos em relação a 2021), 17 lugares dos quais se destinam a assistentes operacionais com funções de agente único e 4 postos de trabalho de Assistentes Operacionais para reforço da Divisão de Equipamentos e manutenção (DEM), num valor de mais € 700 mil.

Por fim, importa manifestar uma preocupação crescente no que respeita à conjuntura desfavorável que se afigura para 2022. Para além da pandemia pela COVID 19 que continua por controlar e que poderá comprometer as estimativas de recuperação da procura dos SMTUC e, por consequência, as receitas de bilheteira, também a instabilidade e a crise vivida no sector energético, faz-nos temer a escassez de energia, problemas nas cadeias de abastecimento e o aumento do preço dos combustíveis (prevendo-se desde já mais € 850 mil).

Atendendo à crescente proporção de veículos elétricos na frota dos SMTUC e de forma a mobilizar apoio financeiro do sector energético, aguarda-se para breve a abertura do aviso para financiamento de Comunidades de Produção de Energia renovável que permita utilizar a cobertura dos SMTUC para instalação de painéis fotovoltaicos como fonte de produção de energia para autoconsumo.

Em 2022, os SMTUC iniciam um percurso de 4 anos de reestruturação e de investimento e que, no presente ano, ultrapassa os € 6,2 milhões (€ 3,6 milhões na melhoria do serviço oferecido), mas que em 2023 previsivelmente se aproximará dos € 10 milhões, um dos maiores investimentos de sempre. Com estas e outras ações a serem desenroladas nos próximos anos, queremos posicionar os SMTUC em linha com o desenvolvimento de Coimbra”.

Em resposta às questões levantadas, nomeadamente relativas aos motoristas, disse que seria muito honesta e frontal: o respeito pelas pessoas, pelos motoristas e por todos os funcionários, passa também por valorizar os respetivos recursos humanos, ouvi-los e dar-lhes atenção. E isso já estão a fazer, informou. Por outro lado, importa dar-lhes boas condições e boas instalações, e estão a trabalhar nisso, informou, frisando que não é só a questão da remuneração que está em causa, há muita forma de mostrar a valorização e o respeito pelos recursos humanos.

No que respeita à avença, foi criada essa rubrica, com 36 mil euros, por uma razão muito óbvia: há um problema identificado, que são as oficinas, e que tem de ser resolvido prioritariamente. Há que pôr as oficinas a funcionar, e ninguém trabalha de graça, explicou.

Relativamente ao alargamento da rede, já se pronunciou variadíssimas vezes sobre este assunto. Sempre foi defensora do alargamento da rede porque todos os municípios têm os mesmos direitos e deveres. Mas, neste momento, retirar os operadores privados de um espaço que entrou nos cadernos de encargos e, por isso, faz



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

parte do concurso da CIM-RC, é candidatarem-se ao pagamento de mais indemnizações semelhantes às que aí vêm. Neste momento não há frota, não há recursos humanos e, mais do que isso, as concessões estão nas mãos dos privados, pelo que seria um erro total e inconsciente eliminarem esses serviços prestados por operadores privados e assumi-los através dos SMTUC, afirmou.

Neste contexto, foi elaborada a informação n.º 100, de 06/01/2022, dos SMTUC, que obteve despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos e do Senhor Presidente, em 10/01/2022, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 170/2022 (17/01/2022):

- **Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2022, que totalizam 26.759.354,00 €, dos quais 22.453.589,00 € (83,9%) respeitam a Receitas Correntes, 3.517.098,00 € (13,1%) a Receitas de Capital e 788.667,00€ (3%) a Receitas Efetivas e, quanto à despesa, 20.545.599,00 € (76,8%) respeitam a Despesas Correntes e 6.213.745,00 € (23,2%) a Despesas de Capital, sendo que o Plano Plurianual de Investimentos para 2022 totaliza o valor de 10.033.495,00 €, dos quais 6.213.745,00 € têm financiamento definido;**
- **Enviar à Assembleia Municipal para análise e votação.**
O referido documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Francisco Veiga, Ana Bastos, Carlos Lopes, Ana Cortez Vaz e Miguel Fonseca. Absteram-se os Senhores Vereadores Carlos Cidade, Carina Gomes, José Dias, Hernâni Caniço e Francisco Queirós.

O Senhor **Vereador Carlos Cidade** disse que gostaria de clarificar que o que disse foi que não é feita uma referência sequer à possibilidade de alargamento da rede. Ninguém disse que tinha de ser amanhã, mas a verdade é que não há essa intenção expressa no documento, apesar da Vereadora até concordar com o alargamento.

Os Senhores Vereadores Carlos Cidade, Carina Gomes, José Dias e Hernâni Caniço apresentaram a declaração de voto consubstanciada na intervenção do Senhor Vereador Carlos Cidade, acima transcrita.

b) Mapa de Pessoal para 2022

Deliberação n.º 171/2022 (17/01/2022):

- **Aprovar o Mapa de Pessoal para 2022 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e enviar à Assembleia Municipal para análise e votação.**
O referido documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor **Presidente** informou que a próxima reunião se realizaria a 31 de janeiro de 2022.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

E sendo dezoito horas e quarenta minutos o Senhor **Presidente** declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que foi aprovada na reunião do dia 31/01/2022 e assinada pelo Senhor Presidente e pelo Diretor do Departamento de Administração Geral, Manuel Gilberto Mendes Lopes.

O Presidente da Câmara Municipal,

Assinado por: **JOSÉ MANUEL MONTEIRO DE CARVALHO E SILVA**

Num. de Identificação: 04234244

Data: 2022.01.31 17:32:18+00'00'

(José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva)

O Secretário,

**Manuel Gilberto
Mendes Lopes**

Assinado de forma digital por
Manuel Gilberto Mendes

Lopes

Dados: 2022.01.31 16:05:41 Z

(Manuel Gilberto Mendes Lopes)